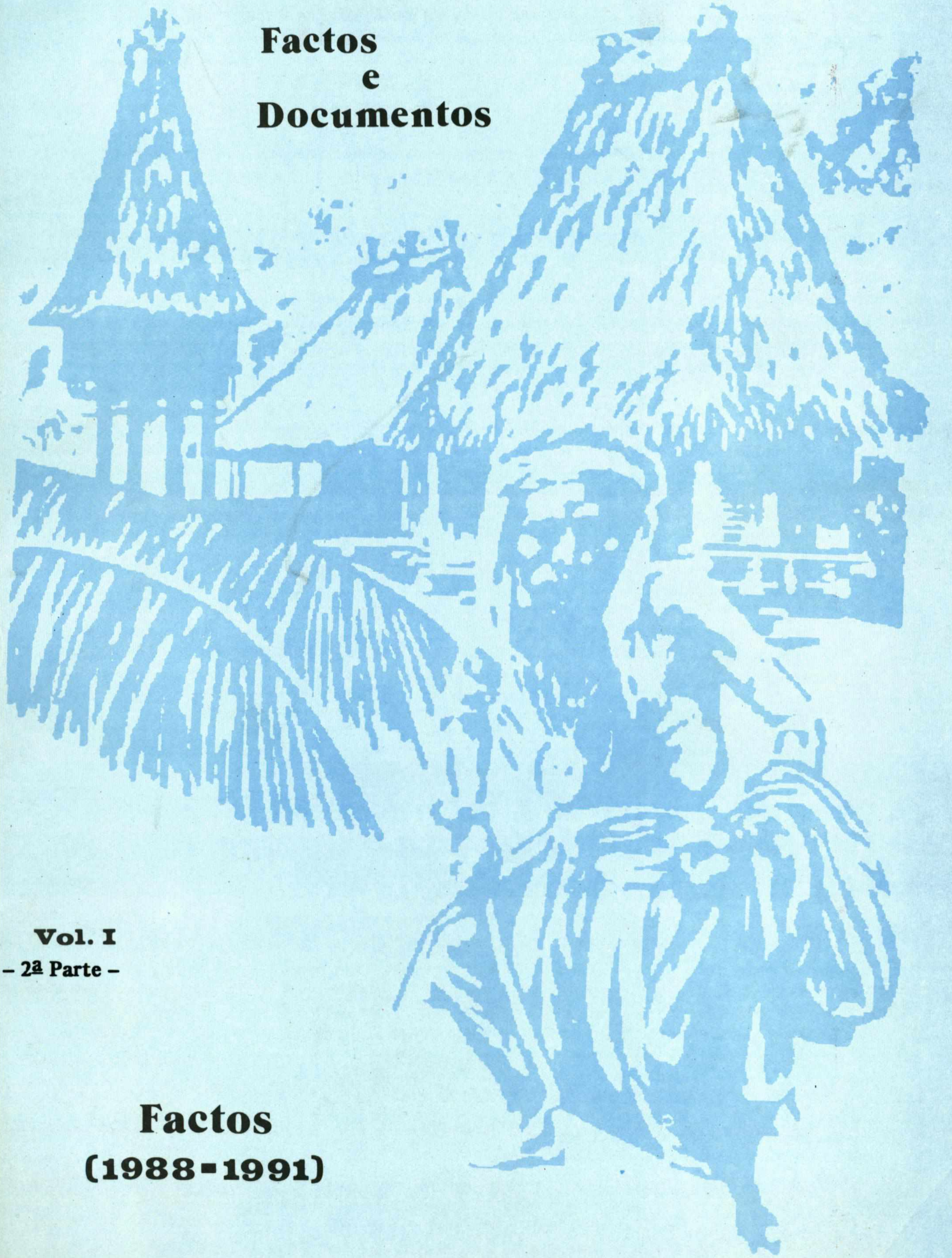
TL13
-2

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
BIBLIOTECA

TIMOR-LESTE

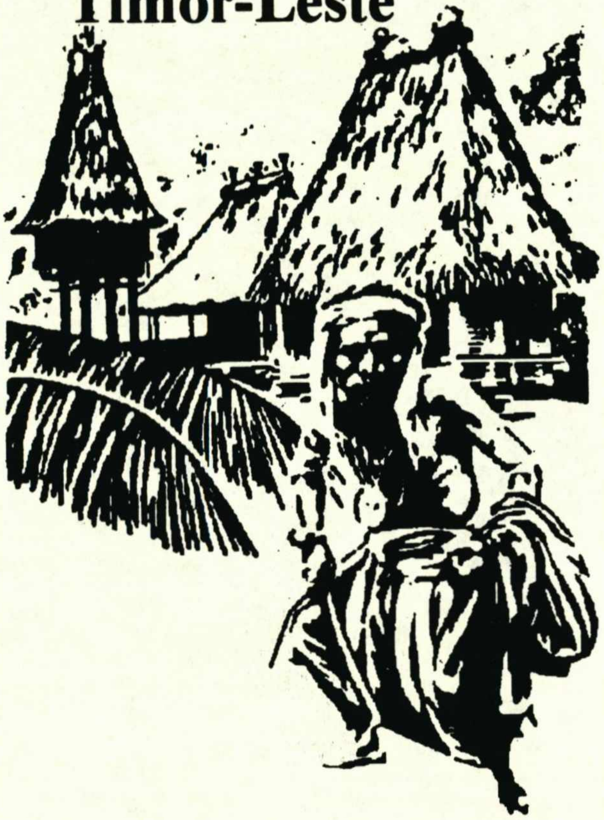
Factos
e
Documentos



Vol. I
– 2ª Parte –

Factos
(1988-1991)

Timor-Leste



Pássaro sem espaço
Rio sem leito
Árvore sem floresta
Mas dou sinais de mim!

In: "**Comércio do Porto**" de 10 de Fevereiro de 1991

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DE APOIO PARLAMENTAR
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
BIBLIOTECA

TIMOR LESTE
FACTOS E DOCUMENTOS

Elaborado por:

Maria Fernanda Lima
Rui José Pereira Costa,
com a colaboração de
José Luis Tomé

VOL. I

FACTOS (1988 - 1991)

– 2ª Parte –

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
LISBOA
1991

Catalogação na Fonte

PORTUGAL.Assembleia da República.Biblioteca

Timor Leste: Factos e Documentos / Biblioteca da Assembleia da República ; elaborado por Maria Fernanda Lima e Rui José Pereira Costa com a colaboração de José Luis Tomé ; revisão de textos por Maria Margarida Guadalpi ; composição de texto por Anabela Teixeira ; composição da capa por Carlos Alberto Silva .– Lisboa : Assembleia da República , 1991 –
.– Vol ; 30 cm

NOTA DE SÍNTESE

BREVE ESCLARECIMENTO PRÉVIO

A "Nota de Síntese" que se segue e que desejámos fosse "de certa forma um guia simplificado da cronologia directa", não pretende ser uma **síntese dos factos**.

É apenas, e não pode ser mais do que isso, uma **síntese do que foi relatado sobre os factos**. Não será já uma mera cronologia mas uma espécie de "roteiro" dessa cronologia, descrito de uma forma mais simplificada e isento de referências.

Mais legível, portanto: o que aconteceu e onde aconteceu.

E, como nos pareceu mais lógico privilegiar o onde, por razões de sistematização, teremos uma sucessão de relatos que se entrecruzam e que deverão permitir passar do "roteiro" ao "panorama".

1988

1988 marcou em Portugal, o início da actividade de uma nova Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor Leste. Designada no início da V Legislatura, ainda em 1987, assume funções em Janeiro de 1988. Daí, os limites temporais que definimos para este volume.

1988 entra, na ONU, sobre uma meia-derrota da Indonésia: a aprovação, na Sub-Comissão para a Protecção das Minorias e contra a Discriminação, de uma recomendação à Comissão dos Direitos do Homem, no sentido de manifestar a preocupação pelas violações aos Direitos Humanos praticadas pela Indonésia e a exigência (ainda que de forma moderada) da abertura sem restrições de Timor-Leste, às associações humanitárias.

Mas em Timor-Leste, para o povo de Timor-Leste, o ano de 1988 entra como saíra 1987: com manifestações de rebeldia contra o invasor e com a permanente repressão, individual e colectiva. No Natal de 87, grupos de timorenses içaram a bandeira portuguesa em Díli e noutros pontos do território: acto ritual, desafio, desespero, provocação. Talvez de tudo um pouco, mas, sobretudo, uma maneira de dizer **não** ao ocupante. Ocupante cuja resposta, como é óbvio, não se fez esperar.

Ano Novo exemplar, porque resume, em si próprio, os acontecimentos quotidianos e dá o tom da vida em Timor-Leste: marcada ao ritmo do fluxo e refluxo da resistência e da repressão.

Assim foi e assim continuou a ser, como se não houvesse outro destino.

Mas é a inteligência desta "rebeldia controlada" que tem permitido agir no plano internacional, a favor da autodeterminação de Timor-Leste e é a inteligência com que os timorenses têm sabido sensibilizar a opinião pública e as instituições internacionais, que faz dar um sentido às torturas, às repressões e à morte, que têm sido o seu quinhão desde a ocupação indonésia.

Por muito incómodo que seja este pequeno povo, para os seus senhores de hoje e para os Estados a quem convém uma coexistência sem sobressaltos e um comércio sem entraves, com um país tão vasto e poderoso como a Indonésia, chegámos ao momento - por força da determinação dos timorenses e pela acção inelutável da circulação da informação, que nada, nem ninguém, pode mais impedir - em que a comunidade internacional deixou de poder fechar os olhos e fingir que Timor-Leste não existe.

Os interesses em jogo são enormes - mas foram postos a claro. Cada um será, a partir de agora, forçado a definir-se.

Traçado o quadro geral, ainda que de forma sucinta e redutora, passaremos à descrição sintética do que se foi passando.

Janeiro

Em Timor-Leste, o mês de Janeiro é marcado pela repressão sobre os manifestantes que, na noite de Natal, içaram, em vários pontos do território, a bandeira portuguesa. E também, e pelas repercussões do ataque da FRETILIN ao batalhão 733 das forças indonésias.

Entretanto, na **Indonésia**, a par de actos de repressão - é assassinado José António Morais da Silva, antigo resistente timorense, é negado o visto para Díli ao director do Seminário, são presos 3 outros padres, um dos quais, José Ribeiro, virá a ser libertado por intervenção do clero de Díli - Jacarta desenvolve intensa actividade diplomática. Recebe em visita oficial o Primeiro Ministro italiano e, após um anúncio informal de que "estaria de acordo com a visita de uma missão parlamentar portuguesa a Timor-Leste "sem carácter de investigação", manifesta, logo de seguida, a sua intenção de entregar na ONU, ao Secretário Geral, um convite formal. De referir que um dos primeiros anúncios é feito em Madrid, durante uma visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio.

Em Portugal, a questão de Timor-Leste agita a opinião pública e as Instituições. Na **Assembleia da República**, a Comissão Eventual, logo após a sua entrada em funções, desenvolve uma actividade considerável. Recebe o Ministro dos Negócios Estrangeiros - o qual vem declarar não ter havido contactos com o Governo Indonésio, nomeadamente em Madrid -, e procede a uma audição pública - da **"4ª. Consulta Cristão sobre Timor-Leste"** realizada entre 22 e 24 de Janeiro.

No entanto, como as declarações se multiplicam, não fica perfeitamente delimitado, nas notícias de imprensa, o papel da Assembleia da República e o do Governo quanto às negociações com a Indonésia e à des locação da Missão Parlamentar a Timor. Esta última parecia ser tão "pacífica" que o Ministro dos Assuntos Parlamentares afirma mesmo, a 14 de Janeiro, que será dada uma resposta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio após uma reunião na Assembleia da República, a ter lugar no próprio dia.

A 26, pode ler-se que o Presidente de República e o Governo não têm o mesmo entendimento quanto às negociações: o Governo privilegiaria negociações directas com a Indonésia, preferindo o Presidente da República que elas tivessem lugar sob os auspícios da ONU.

É neste quadro que se dá na Austrália um acontecimento que virá a ter grande repercussão e consequências importantes para a evolução das posições da comunidade internacional sobre Timor-Leste: chega a Darwin Inácio Moura, último funcionário da antiga administração colonial portuguesa, o qual fará revelações de grande alcance sobre a política indonésia e sobre a situação no território.

Todos estes factos não deixam de ter o seu eco nas instâncias Internacionais.

Na ONU, é agendada em Assembleia Geral a questão de Timor-Leste, a qual, com a intervenção de Portugal, será debatida também em Fevereiro na Comissão dos Direitos do Homem (44a. sessão).

Por seu lado, o Parlamento Europeu agenda a reunião interparlamentar CEE/ASEAN, onde o Deputado português Fernando Gomes, do Grupo Socialista, intervirá em nome do PE.

Mas o que é mais importante e significativo é a apresentação na Comissão de Assuntos Políticos, do Relatório Van den Heuvel. Esta Deputada Socialista holandesa, na sequência de diversas questões parlamentares, foi encarregada de elaborar um relatório sobre as violações dos direitos humanos, pela Indonésia.

O debate sobre este relatório irá, mais tarde, determinar a primeira tomada de posição do Parlamento Europeu, condenando a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia.

Fevereiro

As notícias que chegam de Timor-Leste continuam a ser desoladoras. As repercussões dos incidentes da noite de Natal de 87 e a estranha morte de José da Silva, vitimado por um (falso) acidente de viação em Jacarta, fazem-se ainda sentir. Os refugiados timorenses que chegam a Lisboa referem casos de discriminação religiosa, tortura, violação de correio, e de mortes repetidas, por incúria deliberada, de crianças timorenses no hospital de Díli. Casos concretos de pessoas presas (7), por denunciarem "campos de deportação" à Cruz Vermelha Internacional, que não consegue impedir as represálias.

No entanto, as Organizações Não Governamentais de apoio a Timor-Leste não param, e "A Paz é Possível Newseletter" publica o trágico balanço das vítimas, desde 85 a fins de 87: são 439 casos recenseados, de tortura, deportação, morte, desaparecimento, prisão.

Mas o mais relevante é a confirmação destes factos por Inácio Moura, que chegou entretanto a Portugal, e denuncia (ao mesmo tempo que a Resistência Timorense no exterior) o domínio da economia timorense não só pelos militares indonésios, mas pelo próprio Governador Mário Carrascalão. E esta denúncia é feita com base em dados concretos, como nomes de empresas, de empresários, de procuradores.

Só "O Tempo" relata a morte, em Díli, do primeiro Governador de Timor-Leste designado pela Indonésia. Arnaldo Araújo, fundador da APODETI, morreu em paz sendo ainda "representante" de Timor-Leste no Parlamento Indonésio.

A **Indonésia**, mantém a sua posição irredutível e desenvolve, no interior e no exterior, intensa actividade, no sentido de fazer passar "a face indonésia" da sua 27a. província: Timor-Leste, a que os indonésios, como Nuno Rocha no livro que publicou, dão o nome de Timor-Timur. Pressões sobre a Igreja levam a fazer crer que os Bispos Indonésios apoiam a anexação, ao mesmo tempo que se preparam medidas económicas de fundo sobre Timor-Leste, a provar na Assembleia Geral do Povo, que reunirá em Março.

No quadro desta "ofensiva" sobre a opinião pública internacional, o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio anuncia como um facto seguro a visita de Deputados portugueses a Timor, quando ainda nada está decidido em Lisboa. O Governo português vê-se assim, forçado a desmentir.

Em **Portugal**, a actualidade, no que se refere a Timor-Leste é dominada por dois acontecimentos principais: as declarações de Inácio Moura, e a questão da visita de Parlamentares a Timor.

As primeiras dão origem a uma polémica - que chega a ser tema de um debate público - entre Inácio Moura e Nuno Rocha, defendendo este a integração de Timor-Leste na Indonésia.

A segunda, é referida, principalmente por duas razões: o envio à Assembleia da República do convite indonésio e a decisão do Presidente da República de convocar o Conselho de Estado para discutir a questão de Timor e a visita dos Parlamentares.

As declarações de apoio a Timor multiplicam-se, aliás, por parte dos responsáveis portugueses, desde o Presidente da República (na sua alocução de Ano Novo aos diplomatas estrangeiros), ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e ao Primeiro Ministro, que admite a necessidade de maior empenhamento do seu Governo na resolução do problema e defende o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste, na sua visita aos Estados Unidos.

Entretanto, o debate sobre a questão de Timor não pára: a SEDES (*) realiza um importante colóquio que, nas conclusões, apoia o direito à autodeterminação, e a "4a. Consulta Cristã sobre Timor-Leste" revela divergências internas, quanto às posições sobre a anexação, da Igreja Unida da Austrália.

Também nos **Estados Unidos**, o Congresso começa a mostrar preocupações quanto à política americana sobre a Indonésia e Timor-Leste.

(*) Associação de Estudos para o Desenvolvimento.

Na Câmara dos Representantes, Tony Hall, representante do Ohio, faz uma importante intervenção, enquanto que, no Senado, Durenberger faz referência à carta, subscrita por 39 Senadores, que condena a Indonésia pelas violações aos direitos humanos, mencionados aliás no relatório anual do Departamento de Estado.

É neste quadro que reune em Genebra a **Comissão dos Direitos do Homem** da **ONU**, com a presença de representantes de ONG's que apoiam Timor-Leste, testemunhos importantes, e uma intervenção do Secretário de Estado português para a Cooperação, Durão Barroso. Durante o debate há acerbas trocas de declarações entre as delegações indonésia e portuguesa, chefiada pelo Embaixador António Costa Lobo, que não deixa de referir o Relatório do Departamento de Estado dos EUA sobre os direitos humanos. As intervenções em Genebra são tão importantes que dão origem a 38 notícias.

No **Parlamento Europeu**, deputados portugueses intervêm na reunião CEE/ASEAN e chegam mesmo a falar, sobre Timor-Leste na Malásia, com deputados indonésios. O facto é referido em entrevista do Deputado Fernando Gomes, enquanto que o Deputado Barros Moura põe mesmo em causa as relações CEE/ASEAN.

É, no entanto, facto mais relevante a aprovação na Comissão de Assuntos Políticos do relatório Van den Heuvel: a votação favorável vem das Direitas Europeias, dos Comunistas e dos Socialistas. O PPE votou contra.

Março

Em **Timor Leste** continuam os casos de tortura sistemática e de violações dos direitos humanos, conhecidos através de testemunhos directos e de um relatório da "Amnistia Internacional".

Referem-se as empresas dominadas pelos militares indonésios e é denunciado um projecto de cobertura-rádio do território. Realizado pelos indonésios com financiamento japonês, o seu objectivo real seria o de interceptar as comunicações da guerrilha.

A actividade da guerrilha, continua. São denunciadas duas grandes operações militares indonésias: "Pagar Kiris-1", que terá envolvido 40 batalhões indonésios, fazendo 2000 mortes civis só na aldeia de Kraras, e "Fence of Legs", que reabre agora novos pontos de resistência.

A vigilância aos estudantes acentua-se e um documento indonésio refere mesmo a proibição da sua instalação em Jacarta.

São sobretudo, importantes, as declarações de Inácio Moura, cujo esmagador sumário é este:

- duzentos mil mortos desde a invasão;
- várias aldeias eliminadas em resultado de ataques aéreos;
- campos de concentração, torturas e prisões (generalizadas mas escondidas);
- ausência total de liberdade de expressão e de associação;
- comércio dominado por javanezes, por intervenção das autoridades indonésias;
- retenção dos medicamentos dados pela Cruz Vermelha Internacional e destinados à população de Timor-Leste;
- "Preparação" pelos indonésios das "visitas dos estrangeiros", o que é corroborado por um documento secreto indonésio, guardado doze anos, e agora divulgado. Relativo à visita de W. Guicciardi, representante especial da ONU, em 1976, revela que a preparação envolveu treino de militares, intimidação e selecção de testemunhas, ensaios de perguntas e respostas;
- o desejo, já manifestado por militares indonésios, de afastar o Bispo de Díli, D. Ximenes Belo.

Interessantes, os dados que fornece sobre a situação de guerrilha e que corroboram outras informações. Podem resumir-se em alguns números: 15000 baixas indonésias desde o início da ocupação e 200 000 ho–

mens estacionados em Timor Leste, contra os 1500 resistentes armados da FRETILIN, que controlam 100 aldeias.

Na Indonésia, cujas posições parecem mais flexíveis, afirmando-se mesmo num documento oficial, que reconhece a Portugal a qualidade de "interlocutor previligiado com responsabilidades na definição do futuro de Timor Leste," isso vai de par com a ocorrência de alguns factos relevantes para o próprio futuro do território.

Mário Carrascalão dá uma entrevista em Jacarta sobre os objectivos do seu Governo, cujas prioridades não carecem de comentários: acabar com a corrupção oficial, desenvolver a economia, salvaguardar as "culturas locais" e promover o turismo. À parte isto fornece precisões sobre a situação no território num balanço que se resume em 100 mortos, 48 presos e algumas aldeias "protegidas " em vias de abertura.

Por outro lado, uma remodelação ministerial revela a importância que os indonésios atribuem a Timor Leste. Ali Alatas, representante permanente na ONU, torna-se Ministro dos Negócios Estrangeiros e Moerdani (cujos interesses nas empresas "Atastakon" e "PT Denok", que dominam grande parte da economia do território, são conhecidos), passa a ser o Ministro da Defesa e Segurança. Ali Alatas, no próprio dia da sua posse, situa desde logo, em conferência de imprensa, a política que irá seguir: "a anexação de Timor Leste é, para a Indonésia, um facto consumado".

A actualidade em Portugal é dominada pela eventual visita da delegação parlamentar portuguesa a Timor Leste. A cronologia da "viagem da carta-convite da Indonésia" nos Orgãos da Administração, permanence obscura, sobretudo na parte do seu percurso entre o gabinete do Presidente da A.R. e a comissão Eventual para Timor Leste. Alguns dos Deputados membros da Comissão protestam, e finalmente, Vítor Crespo procede à sua leitura, em inglês, perante a Comissão Eventual. Esta prossegue a sua actividade, realizando as audições de Inácio Moura e de representantes da Convergência Nacionalista Timorense.

O Presidente da República, que em "Intervenções-2" defende a autodeterminação do povo de Timor-Leste, convoca para 9 de Março o Conselho de Estado, que acaba por reunir com a presença de 13 dos seus membros.

Na agenda, a apreciação do convite indonésio, de um "documento de situação" sobre o território, elaborado pela FRETILIN e UDT, das posições do Parlamento Europeu e iniciativas da ONU e a informação formal aos Líderes Parlamentares do convite Indonésio para a visita de Parlamentares a Timor Leste; por último, a atitude de apoio à ocupação da indonésia que terá sido expressa pelo cônsul português em Darwin. O Conselho de Estado, que não emitiu comunicado final, parece duvidar da utilidade da deslocação de Parlamentares a Timor, pelo facto de "poder ser interpretada como o reconhecimento da soberania da indonésia" e "ser aproveitada pela sua propaganda".

Na imprensa, são várias as análises, críticas e sugestões: o Diabo, por exemplo sugere uma integração "digna" de Timor Leste na Indonésia, enquanto que outros jornais criticam os EUA, com base no relatório do Departamento de Estado, que refere aquele território como a 27ª província indonésia.

Partidos e movimentos políticos apoiam Timor Leste: é o caso do CDS e dos monárquicos, que promovem mesmo uma acção a nível europeu. Por fim, outras questões surgem, algumas com certa gravidade: é o caso da pergunta sobre o relatório, nunca produzido, de um inquérito militar sobre Timor Leste mandado instaurar em 81/82 e a afirmação de que a sugestão do convite indonésio tenha partido da própria diplomacia portuguesa, quando Pires de Miranda era Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Entretanto, em Genebra, continua a reunião da **Comissão dos Direitos do Homem**, da **ONU**, onde se produzem testemunhos e intervenções sobre Timor Leste, em particular o testemunho de Cipriano Costa. A Indonésia sofre um importante revés diplomático, não vendo aceite a sua candidatura à presidência da Sub-Comissão para Protecção das Minorias e Contra a Discriminação.

No **Parlamento Europeu** prossegue a discussão do relatório Van den Heuvel cujos detalhes começaram a tornar-se públicos: referências ao carácter ditatorial do regime de Jacarta, da teoria do "Panca Silva" que o informa, dos "esquadrões da morte" indonésios e dos massacres no Irian Jaya. Os Deputados portugueses manifestam unanimemente o seu apoio ao relatório e propõem alterações, solicitando a retirada das forças indonésias de Timor Leste, e pressões do Conselho CE sobre a ONU, no sentido de uma intervenção mais activa para a resolução do problema.

Abril/Maio

Em Timor Leste, para além dos testemunhos sobre a repressão que continuam a chegar, quer através de refugiados, quer em resultado de trabalhos de investigação de organizações como a Amnistia Internacional, refere-se pela primeira vez um importante relatório da Associação Indonésia para o Planeamento Familiar. Dos dados produzidos deduz-se, sem sombra para dúvidas, que o controlo da natalidade , sob a responsabilidade das autoridades indonésias é feito sem qualquer respeito pela vontade das mulheres que a ele são submetidas e que, de facto, são, sem o saber, esterilizadas. A esterilização é feita com recurso a um produto injectável - "Depo Provera" - cujos efeitos reais não são explicados aos casais integrados nos programas de Planeamento Familiar.

Chega também a notícia de que os Serviços Católicos de Apoio, dos Estados Unidos, que financiavam um projecto hidroagrícola e a construção dum hospital, retiraram abruptamente para o seu país. Continuando o financiamento, o projecto ficou a ser gerido por uma equipa local.

Quanto à Indonésia, os factos mais marcantes são uma entrevista de Ali Alatas e a visita de Filipe Gonzalez. Ali Alatas lamentando a "incompreensão internacional" da questão de Timor Leste afirma que "em 1975 a maioria dos Timorenses desejava a integração na Indonésia". A ser assim, é de crer que aquele país geriu mal o capital de simpatia de que dispunha, no quadro que criou após a ocupação.

A visita de Filipe Gonzalez, foi marcada pelo silêncio oficial sobre Timor Leste: decepção dos timorenses e duras críticas das organizações que em Portugal e em Espanha lutam pelos direitos humanos.

Portugal é palco de cenas contraditórias sobre o convite indonésio para a deslocação dos Parlamentares a Timor Leste: começam a levantar-se dúvidas sobre a "origem" do convite, cujo texto é reproduzido na imprensa no dia 14 de Maio e só chega, em definitivo, à Comissão Eventual, a 20. Esta dirige críticas ao Presidente da Assembleia e apura-se, em última análise que a carta convite "andou perdida" entre 9 a 20 de Maio. Como se esperava os Partidos da oposição - PS e PCP - exigem explicações por parte do Governo e a Comissão reune, finalmente, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Este desenvolve grande actividade e designa um embaixador itinerante para Timor Leste: Pinto da Franca.

Quanto ao Presidente da República, recebe a Comissão para os Direitos do Povo Maubere, reiterando a sua determinação em lutar por Timor Leste, "gritando, se necessário fôr".

Fora do quadro institucional, outras actividades se desenvolvem: enquanto o Movimento Académico Cristão promove um debate sobre Timor Leste, a Comissão de Projectos Timorenses fomenta, no Porto, uma campanha de apoio.

O trabalho paciente de sensibilização da opinião pública internacional começa a dar os seus frutos. É assim que a **Suiça** pela voz do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, declara apoiar Timor Leste, cuja situação compara com a da Namíbia.

Entretanto, na **Santa Sé**, D. Ximenes Belo, administrador apostólico de Dili, ascende ao episcopado.

Os acontecimentos mais importantes neste período, dão-se nas instituições e organizações europeias.

No **Parlamento Europeu** prossegue a discussão do relatório Van Den Heuvel e das alterações propostas pelos Deputados portugueses.

Por outro lado, o **Conselho das Comunidades Europeias** viu-se confrontado, na reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros, em Abril, com a "insistente solicitação" de Portugal, no sentido do apoio expresso dos Doze a Timor Leste, na reunião CEE/ASAN de Dusseldorf. É assim que a Presidência Alemã redige um comunicado final para aquela reunião, subscrito pelos Doze e contendo um parágrafo independente sobre Timor Leste, em que se exige a aplicação dos princípios de Direito Internacional e respeito pelos Direitos Humanos. A reacção indonésia foi, como se poderia prever, negativa: o parágrafo foi, portanto, suprimido. Meia vitória - meia derrota, os Doze retomaram o conteúdo do parágrafo eliminado na Conferência de Imprensa final da reunião, e decidiram uma actuação conjunta no quadro da ONU.

No Conselho da Europa, Timor Leste é referido a dois níveis diferentes. No quadro da "Campanha Pública Europeia sobre Interdependência e Solidariedade Norte-Sul", Luisa Teotónio Pereira intervem na Conferência sobre "Povos esquecidos e oprimidos", falando sobre "causas e meios de opressão" em Timor Leste.

Mas é na Assembleia Parlamentar que a questão assume maiores dimensões através da intervenção do Primeiro Ministro português, Cavaco Silva, que, na sessão comemorativa do 39° aniversário da Assembleia, descreve a situação no território e critica duramente a Indonésia. As perguntas que se seguem ao discurso revelam, sobretudo, uma informação extremamente insuficiente sobre Timor Leste.

Finalmente, dois outros factos importantes: em Bruxelas, a 14a. Assembleia Geral das ONGs, aprova em Abril nas suas conclusões, o apoio à autodeterminação do povo de Timor Leste; em Maio, a Internacional Socialista, analisa pela primeira vez a questão de Timor, por iniciativa e com base num relatório do Partido Socialista português apoiando, igualmente, o direito à autodeterminação do povo timorense.

A luta persistente vai sendo conhecida, o povo de Timor Leste vai conquistando apoios à custa do seu continuado sofrimento e da sua extraordinária determinação.

Junho e Julho

As notícias que chegam de Timor-Leste orientam-se duma maneira geral segundo as duas vertentes da vida timorense: a guerrilha, com a sua contrapartida de repressão e de acções militares indonésias, e, não menos importante, a Igreja e as manifestações religiosas. Por vezes, em conjunto.

Em Junho, D. Ximenes Belo é nomeado Bispo de Lóreum, responsável pela Diocese de Díli. Esta não fica, porém, dependente da Igreja indonésia e é administrada directamente por Roma.

Comemorando o Ano Mariano realizam-se, promovidas em ligação com os guerrilheiros e por todo o território, procissões em honra de Nossa Senhora. Alguns guerrilheiros identificados entre os fiéis, são presos e "selvaticamente torturados". Estas procissões causam, aliás, "alguma perplexidade" à Comissão Pontifícia Justiça e Paz, que é confrontada também com um relatório sobre Timor-Leste elaborado pela Comissão portuguesa, e apresentado ao Vaticano pelo respectivo presidente.

As operações de guerrilha continuam, assim como os casos de violência e repressão: após 9 meses em Jacarta, que lhe recusava o visto, regressa finalmente a Timor o padre João Felgueiras, enquanto que o próprio relatório sobre os direitos humanos do Departamento de Estado dos EUA, comparando dados indonésios e da resistência, refere que esta só consegue denunciar, em média, 23% das violações aos direitos humanos efectivas.

No entanto, algumas contradições começam a vir à superfície. É assim que, ao mesmo tempo que Mário Carrascalão pede aos indonésios que declarem Timor-Leste "província aberta", como condição necessária para o desenvolvimento económico, estes desencadeiam, nova ofensiva militar a que chamam "operação de limpeza geral" e que é denunciada pela FRETILIN.
O que é, obviamente, incompatível.

Na Indonésia, a resposta a Mário Carrascalão não se faz esperar. É um "sim, mas".

Ali Alatas, "não vendo inconveniente" remete a decisão para os militares "de quem tudo depende". Mas, ao mesmo tempo, vai adiantando que há "restrições físicas" à abertura, como seja o caso dos transportes, enquanto Try Sutrismo por seu lado acha Timor-Leste "tão aberto como as outras províncias". Moerdani é mais claro: o caso "exige reflexão".

Mas Carrascalão insiste. E, ao mesmo tempo que declara, em entrevista à "Lusa", que "a anexação é irreversível", critica a política de desenvolvimento indonésia que "só cria postos de trabalho para os indonésios e não para os timorenses".

É nesta altura que a "Tapol" divulga, em Londres, um relatório sobre as operações militares em Timor-Leste, e que o Presidente Português, Mário Soares, escolhe justamente a área de influência da Indonésia, para fazer declarações contundentes sobre a ocupação de Timor. É em Manila, e Ali Alatas responde de imediato: Mário Soares "distorce a história", "ignora as normas elementares da decência" e revela "falta de cortesia". Estes acontecimentos não favorecem os esforços da Indonésia para obter a Presidência dos **Não Alinhados**.

Em **Portugal** o convite indonésio para a visita de Parlamentares a Timor-Leste, gera algumas hesitações e desconexões entre as posições de órgãos de soberania e mesmo no quadro da própria Assembleia da República, segundo o que se pode depreender do que é veiculado pela imprensa.

De acordo com a sequência das notícias, sabe-se que:

- a A.R. estuda a hipótese de uma visita, sob certas condições, que discute com o Presidente da República, no decurso da deslocação a Belém de uma "delegação parlamentar" (Líderes, Presidente e Comissão Eventual para Timor-Leste), e decide "ponderar a resposta à Indonésia";
- Entretanto, é noticiado que, a pedido de Perez de Cuellar, Mário Soares pressiona a AR, no sentido de que a resposta à Indonésia seja dada com rapidez;
- A Comissão Eventual chega, em seguida, a uma "plataforma de entendimento" sobre a resposta.

Acaba Junho e tudo parece voltar ao princípio. Vítor Crespo escreve uma carta em que reafirma a "soberania portuguesa sobre Timor-

-Leste" e, volta a colocar-se o dilema da aceitação ou não-aceitação do convite. É então que o PS, o PCP e o CDS apresentam propostas escritas sobre a questão.

Elabora-se finalmente uma carta-resposta bem como um documento contendo "recomendações ao Governo" para a condução das negociações e enumerando as condições julgadas necessárias para a realização da visita. Entre estas o cessar-fogo, e as negociações sobre "timings" e logística, a desenvolver no quadro da ONU. O CDS considera como condição fundamental a omissão de uma paragem em Jacarta. Não são adiantadas datas.

Vítor Crespo apresenta ao Presidente da República o projecto de resposta e parece haver sintonia entre os dois orgãos de soberania, devendo o P.A.R. enviar a resposta logo de seguida.

As condições impostas ao Governo para as negociações são, no entanto, julgadas "muito rígidas", e são mesmo citadas divergências entre o Governo e o Parlamento quanto à estratégia negocial. É assim que a resposta não segue, o que estabelece um clima menos cordial entre a Comissão Eventual e o Presidente da Assembleia.

A Comissão Eventual, entretanto, prossegue a sua actividade. Em conjunto com um grupo de Parlamentares estrangeiros - Lorde Avebury, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento inglês, Satsuki Eda, da Direita Japonesa e Tony Lamb do Parlamento Australiano - é lançada a organização internacional "Parlamentares por Timor". O Grupo é recebido pelo Presidente da República e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros.

A Comissão recebe E. Tillman, porta-vóz de um "Grupo de Timorenses", (que pede um regime especial de acesso ao ensino superior para os estudantes timorenses, idêntico ao dos PALOP's), e volta a insistir na realização de uma Conferência Internacional sobre Timor Leste, recusada pelo Primeiro Ministro Cavaco Silva em 1987. Por fim, decide enviar, pela primeira vez, peticionários ao "Comité dos 24" da ONU, em representação do Parlamento português. Os peticionários serão os Deputados Carlos Encarnação do PSD e Sotto-Mayor Cardia, do PS. O Deputado Europeu Lucas Pires irá à ONU em representação da Comissão para os Direitos do Povo Maubere.

O Presidente da República, além da participação na discussão sobre o convite indonésio ao Parlamento português age no quadro de diversas instâncias internacionais e responde às críticas indonésias sobre as suas declarações. Decorrendo nesse momento uma reunião da Trilateral no Estoril um jornalista indonésio entrevista-o. O que, como se verá mais tarde, terá consequências imprevistas.

Fora do quadro institucional também há actividades relevantes, das quais se destacarão três.

O Seminário sobre Timor Leste organizado pela juventude Centrista e durante o qual Lucas Pires irá exigir a organização pelo Governo de um "Livro Branco" sobre Timor Leste; o Seminário "Paz e Justiça para Timor", no Porto, em que é feito o balanço das posições portuguesas; e uma extensa reportagem sobre a Comunidade Timorense, acompanhada pelo testemunho de Ciprianio Costa, estudande timorense refugiado em Portugal.

Na Austrália as pressões indonésias fazem-se sentir com mais acuidade. É assim que, em Darwin, uma locutora da Australian Broadcasting Corporation foi demitida, por ter pintado a sua própria casa - que se situa ao lado da do cônsul indonésio - com slogans de apoio a Timor Leste. A diplomacia portuguesa vê-se forçada a desmentir afirmações atribuídas a Mário Soares, largamente difundidas pelo jornal nacional "The Australian", com base em notícia da AFP de Jacarta. Na sua origem, a conversa de um jornalista indonésio com o Presidente da República, na Trilateral do Estoril.

Nos Estados Unidos, Mário Soares, discursa na Universidade de Princeton. Refere-se a Timor Leste, cuja situação considera "inaceitável", critica a Indonésia e defende o direito à autodeterminação do povo timorense.

Mas foi nas Filipinas que as declarações de Mário Soares tiveram maior eco. Convidado de honra à "Conferência das Jovens Democracias" acabou por ser o único português presente. De facto, uma delegação portuguesa chefiada por Dias Loureiro deveria partir para Manila, mas acabou por ficar retida em Lisboa. Portugal não participou na Conferência, a exemplo de algumas Fundações alemãs, pelo facto de estar presente a Nicarágua. Não assinando a "Declaração de Manila", Mário Soares afirmou, no entanto, não ver qualquer inconveniente na participação da Nicarágua, o que causou maior reacção foi o facto de Timor Leste constituir o único ponto da sua conversa com Corazon Aquino e a intervenção que proferiu na própria Conferência, em que denunciou a repressão indonésia e defendeu veementemente o direito à autodeterminação do povo timorense.

Timor Leste recebe novos apoios, em particular o que ficou expresso na **Cimeira dos Cinco**, que teve lugar na Guiné Bissau.

Entretanto, na **Comunidade Europeia**, a diplomacia portuguesa desenvolve esforços para que os "Doze" assumam uma posição comum na ONU, sobre a questão de Timor.

No **Parlamento Europeu** não só são aprovadas as alterações introduzidas no Relatório Van den Heuvel (15 a favor, 10 contra e 1 abstenção), como ainda esta Deputada e o Deputado português Barros de Moura colocam algumas questões incómodas à presidência Grega. Sugerem que os Doze protestem contra o acordo Indonésia/PNUD, de 17 de Março, para financiamento de projectos em Timor Leste e questionam as próprias relações CEE/ASEAN. A resposta de Karolos Papoulias, pela presidência grega, é evasiva.

Na sequência de todo este trabalho de sensibilização, o Grupo Socialista do PE decidiu convidar a FRETILIN para estar presente durante o debate em Plenário sobre Timor Leste.

Finalmente na **ONU**, dois acontecimentos importantes. Mário Soares discursa na sessão de abertura da 3^{a}. Assembleia Geral sobre Desarmamento: refere-se a Timor Leste exigindo maior eficácia nas negociações e afirma que Portugal "não calará as atrocidades em Timor". O que, obviamente, dá lugar a uma carta de protesto do representante permanente da Indonésia, com pedido de inclusão como documento oficial. De referir que o "Tempo" reproduz na íntegra essa carta indonésia.

Por outro lado, o Comité de Descolonização reunirá em Agosto com a presença de peticionários portugueses, representando a Assembleia da República. É um facto novo.

Agosto a Outubro

A vida em Timor Leste continua ao mesmo ritmo da repressão e da guerrilha. Na tensão, no medo, no hábito da revolta. Com algumas variações para pior, fruto da inesgotável imaginação dos ocupantes. Dos ataques da FRETILIN chegam-nos dados atrasados: de 12/87 a 2/88 houve surtidas em vários pontos do território - Natabora, Viqueque, Ladubar, Remexiu, arredores de Baucau.

Na previsão das reuniões anuais das Comissões e da Assembleia Geral da ONU, a Indonésia desenvolve grandes esforços e, tanto quanto se consegue entender no vago das descrições, monta, aproveitando as boas intenções de um padre e de alguns timorenses, uma armadilha a Xanana Gusmão. Fá-lo sob a forma de uma alegada proposta de cessar-fogo, mas não o consegue apanhar. São presos, porém, aqueles que se haviam prestado à tentativa de mediação, entre os quais o salesiano Elígio Locatteli. E a Indonésia faz circular boatos de "rendição".

Xanana Gusmão rejeita, em carta a D. Martinho da Costa Lopes, "toda e qualquer proposta de transformar Timor-Leste em província autónoma da Indonésia", e envia galhardetes para Portugal, que provam a sua amizade - mas também a sua determinação -. Serão entregues ao Presidente da Assembleia da República e ao Primeiro Ministro. Como resposta a esta gorada tentativa indonésia, alargam-se, segundo a FRETILIN, os objectivos da guerrilha.

Como sempre, as perseguições e os protestos sucedem-se. Prova-o o testemunho de José Gusmão, irmão de Xanana, os perseguidos que pedem acolhimento na residência do Bispo, os protestos dos estudantes em Díli, contra a discriminação nas escolas. Estudantes que depressa são castigados: chegam notícias de que cinco jovens da Escola Agrícola de Natabora são raptados e mortos por tropas indonésias.

A política demográfica delineada por Jacarta prossegue: enquanto o "Depo Provera" é ministrado a mais de 50% dos casais integrados nos programas de planeamento familiar (em particular nas aldeias-campos), repetem-se as migrações forçadas de javanezes para Timor Leste. Dados interessantes em que convém reflectir.

Mário Carrascalão, como preparação da visita de Suharto a Díli, com pretexto numa reunião de escuteiros, desenvolve intensa actividade "diplomática": ao mesmo tempo que descreve o grande desenvolvimento da província "após a invasão indonésia", aproveita para defender a "abertura" de Timor Leste, no que é secundado por António José Araújo, filho de Arnaldo Araújo, primeiro governador de Timor designado pela Indonésia. Mas Mário Carrascalão é às vezes pouco coerente, e, ofuscado pelo facto de alguém ter chamado a Timor Leste "uma grande prisão" replica que "se o é, é uma prisão dourada", e acrescenta que "o único problema do povo é não ter que comer".

Neste quadro onde a verdade é fluída, passam por Timor Leste cinco Deputados Europeus convidados pela Indonésia. Em dois dias vão a Díli e daí a Baucau, a Viqueque e a Ataúro, com algumas paragens. Tudo de helicóptero.

De volta ao Parlamento Europeu, um deles, Brian Cassidy, fará declarações algo surpreendentes.

A actualidade, na Indonésia, é dominada, em Agosto, pela assinatura do acordo provisório com a Austrália sobre a exploração petrolífera no Mar de Timor – o célebre "Timor Gap". O que não impede o desenvolvimento de outras lutas, noutras frentes.

Na frente da repressão basta manter o andamento sereno da máquina bem montada: só em Setembro, e dentro de Jacarta, morrem de morte violenta e inexplicada, dois timorenses – o estudante Luis Noronha e José Martins, antigo membro da APODETI e fundador do KOTA; isto, após ter feito declarações de apoio à resistência em Timor Leste.

A frente diplomática abre-se em duas direcções: a da intervenção nas instâncias internacionais, de que se dará conta em lugar próprio, e a da tentativa de apresentar uma outra imagem da Indonésia, diferente da que corre mundo pela via das resistências, e, em particular, da resistência timorense. É nesta óptica que se multiplicam declarações de "boa vontade" relativas a Timor Leste – medidas para "reforçar a economia", para "preparar a livre circulação de pessoas": Mário Carrascalão afirma mesmo que a Indonésia se dispõe, após a resolução do "diferendo" sobre a anexação, a tornar oficial o ensino do português nas escolas.

Em todas estas frentes, vitórias e derrotas, meias vitórias e meias derrotas. No cômputo geral, se é verdade que para os timorenses, as coisas são difíceis, é verdade também que, para os indonésios, o tempo, vai correndo contra: e, aos poucos, tudo vai ficando menos fácil.

Não com a Austrália, admita-se. Esta foi uma época de euforia em relações outrora tensas e, no final de uma visita do chefe da diplomacia australiana a Jacarta, o Embaixador da Austrália na Indonésia afirma que o seu país, não só reconhece a anexação de Timor Leste como ainda "se regozija" pelo desenvolvimento verificado na "província". São declarações oficiais: mas a opinião pública australiana vai mudando, como mais longe se verá.

Em Portugal, Agosto é um mês calmo. A imprensa dedica-se sobretudo a análises, artigos de opinião, entrevistas - em particular com os Peticionários da Assembleia da República, Carlos Encarnação e Sotto-Mayor Cardia, que irão à Comissão de Descolonização da ONU. É a ONU, aliás, que monopoliza a maioria das notícias sobre Timor Leste, por força das reuniões em curso e da Assembleia Geral que se avizinha. É essa a razão que trará a Lisboa Perez de Cuellar, em visita que começa já a ser anunciada.

D. Martinho da Costa Lopes recebe de Xanana Gusmão as prendas que dará ao Primeiro Ministro e ao Presidente da Assembleia e uma carta. Uma carta que é um grito: "explique às autoridades portuguesas que a resistência continuará até ao fim". E é também a resistência que, fora de Timor, alerta. Alerta contra o esquecimento, contra o conformismo, contra a tentação de perder o interesse por essa resolução 37/30 de 1982, da Assembleia Geral da ONU. É nela que se mantém o fio da difícil vida da resistência, que encarrega o Secretário Geral de "encontrar uma solução para a questão de Timor Leste". Ténue réstea de esperança, que a Indonésia e toda a sua diplomacia movem céus e terras para apagar, junto da comunidade internacional.

Perez de Cuellar chega, finalmente, com o seu relatório anual sobre a questão de Timor. Fala com o Primeiro Ministro almoça na casa do Vau com o Presidente da República, faz declarações sobre "a preservação da herança cultural portuguesa em Timor Leste" a sua esperança de "entendimento entre Portugal e Jacarta". Nada mais.

De Timor, através da AFP de Jacarta, chegam notícias sobre "possíveis negociações para a rendição da FRETILIN, com mediação da Igreja", notícias que a Igreja portuguesa imediatamente desmente. Movimentos de apoio a Timor Leste, consideram "criadas as condições para uma Conferência Internacional sobre Timor Leste", mas sem grande eco.

E Abílio Araújo da FRETILIN, traçando uma pequena história da resistência, faz algumas considerações críticas sobre a diplomacia portuguesa. Esta no entanto, não se mantém parada: a par das intervenções na ONU desenvolve esforços para que a Indonésia não obtenha a presidência dos Não Alinhados.

Os Eurodeputados Portugueses também vão tecendo a sua teia de influências a favor de Timor: Lucas Pires junto dos Cristãos Europeus, todos contra Brian Cassidy quando emprega no Parlamento Europeu uma expressão peculiar – "a mafia portuguesa". O próprio Primeiro Ministro se indigna contra o Deputado britânico, tanto quanto a Comissão Permanente da Assembleia da República.

Mas é com a Austrália que tudo se azeda: as criticas multiplicam-se e Portugal através do seu Embaixador em Camberra, entrega um protesto formal contra o acordo do "Timor Gap", protesto que é retomado pela própria comunidade timorense. E, ainda na Austrália, dois padres indonésios de origem portuguesa vêem recusado o seu visto de entrada em Portugal.

Todos estes factos são origem de comentários, de críticas: a favor e contra. "Convergência com Jacarta", que uns desejam, contra "Timor, questão nacional", que outros afirmam. Mas são mais, muito mais, os que apoiam a autodeterminação do povo timorense.

Outubro abre com um grande dossier sobre Timor publicado no Expresso: da resistência ao exílio, à instalação precária em Portugal. A Comunidade timorense é notícia: no Vale do Jamor detecta-se a hepatite-B, os ex-funcionários do Timor Português, são 700, que recebem o seu magro salário e vivem em pensões, deprimidos, inactivos, inadaptados.

Outra face do drama do povo de Timor.

São ainda as repercussões das intervenções na ONU que dominam os títulos; a par de críticas à diplomacia portuguesa, por ausência de reacção à visita de Suharto a Díli, por declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros na RDA, pelo frio na assistência que o Primeiro Mi–

nistro criou em Marrocos ao falar de Timor Leste. Entretanto o Embaixador português na Austrália participa numa reunião da comunidade timorense cujo "objectivo final" define: "expulsão dos indonésios".

No meio de tudo isto, mais um livro sobre Timor Leste: "Timor - um Grito", do Padre Ramos Duarte.

A resistência timorense no exterior manifesta-se: a Convergência Nacionalista Timorense declara-se pronta a formar um "Governo no exílio", e, não pondo em causa a ONU, mostra-se reticente em relação à actuação do Secretário Geral "que a Indonésia manobra e aproveita".

Ramos Horta considera, também, que é necessária uma acção mais intensa da diplomacia portuguesa nas instâncias internacionais, e a "Convergência" lamenta o facto de não ter sido recebida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Partido Socialista tem, o seu primeiro encontro formal com a FRETILIN. Jorge Sampaio e Abílio Araújo reúnem-se e emitem um comunicado conjunto em que definem a questão de Timor como "um manifesto e gravoso desrespeito pelas normas de Direito Internacional".

E, como sempre, os diferentes comentários a todos estes factos.

A Austrália é palco de acontecimentos contraditórios.

Enquanto o Governo assina o acordo sobre o petróleo do Timor Gap com a Indonésia e guarda, quanto ao resto, um prudente silêncio, a opinião pública agita-se. Pela primeira vez passa na televisão australiana um documentário, feito por cineastas independentes, sobre Timor Leste: "Shadow over East Timor" de 45 minutos, relata o período pós-colonial, relembra a colonização portuguesa e faz uma encenação das torturas praticadas pelos indonésios. As repercussões são enormes, porque até aí, o silêncio era de regra. Ao mesmo tempo, em Darwin, a "Associação dos Jornalistas Australianos" promove a apresentação de uma peça de teatro - "Morte em Balibó".

O tema da peça é a morte, nunca explicada, de 5 jornalistas australianos durante a invasão indonésia, e generalizadamente atribuída às tropas invasoras. A sessão inaugural é apresentada por um cartaz, que provoca imediato "protesto oficial" de Joseph Haline. Cônsul indonésio, considera-o "ofensivo".

Também esta peça, de grande êxito, "acorda" a opinião australiana e, estando a decorrer o Congresso do Partido Trabalhista, Ken Fry, propõe uma moção sobre Timor Leste e sobre a necessidade da reabertura do inquérito, abandonado, quanto à morte do jornalista Roger Fast e dos seus companheiros.

Em Outubro, entra em foco a diplomacia portuguesa: é entregue o protesto formal quanto ao acordo com a Indonésia sobre o Timor Gap e o Embaixador José Luiz Gomes preside a um encontro promovido pela Convergência Timorense, afirmando, o apoio à autodeterminação de Timor.

Nos Estados Unidos é o Congresso que vai tomando consciência da importância que assume a questão de Timor. Cento e oitenta e dois membros da Câmara dos Representantes e quarenta e sete Senadores enviam cartas a George Schultz sobre Timor-Leste: condenam a ocupação indonésia, as violações dos direitos humanos e sugerem a votação de uma verba para ajuda ao povo timorense.

Começam a surgir análises sobre as contradições da política do Vaticano. Parece ser difícil a conciliação das posições da Igreja indonésia, da Igreja portuguesa, da Igreja timorense. Cada uma, uma realidade diferente – e diferentes dependências.

É, porém, na ONU que se travam as batalhas diplomáticas mais importantes: reúne em Genebra a **Sub-Comissão dos Direitos do Homem "Para a Protecção das minorias e contra a Discriminação"**. É uma Comissão constituída por 26 peritos e por delegações com estatuto de observador. Presente a de Portugal, chefiada pelo Embaixador Costa Lobo. Entre as intervenções mais importantes, o testemunho do refugiado timorense Anselmo Aparício e o relatório da ONG "Human Rights Service". Esta apresenta também uma carta pedindo protecção para as famílias dos que testemunharam na Sub-Comissão e que se encontram ainda em Timor Leste.

Entre as delegações portuguesa e indonésia, troca de intervenções, por vezes acerba, ao abrigo do "direito de resposta", após as exposições iniciais. Perante as evidências apresentadas pelas delegações, testemunhos e intervenções de ONGs, seis peritos apresentam uma proposta de resolução preconizando, para a questão de Timor, "uma solução duradoura, tendo em vista os direitos e os desejos do povo timo–

rense, e pondo fim às graves violações dos direitos humanos".

Aí, porém, a Indonésia foi mais forte: a resolução acabou por não ser votada. Não sem que tenham sido formuladas graves acusações de pressões sobre os peritos.

O **Comité dos 24**, cujas decisões são enviadas para apreciação e votação à Assembleia Geral, discutiu a 12 de Agosto a questão de Timor.

Muitos foram os Peticionários, os testemunhos de refugiados, as intervenções, das delegações portuguesa e indonésia e dos Movimentos de Libertação.

Os Peticionários da Assembleia da República, que proferiram intervenções previamente acordados com todos os órgãos de Soberania, foram os Deputados Carlos Encarnação e Sotto-Mayor Cardia. O Deputado Europeu Lucas Pires falou em nome da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, igualmente representada por António Pinto Pereira. Ana Nunes esteve presente por "A Paz é possível em Timor Leste" e a "Amnistia Internacional" expôs o conteúdo de um extenso relatório sobre as torturas, focando em especial o caso de Domingos Castro.

Intervieram, como Peticionários, 4 outros Parlamentares do Grupo "Parlamentares por Timor Leste", entre os quais Lorde Avebury.

Entretanto, desloca-se a Portugal Perez de Cuellar que dá a conhecer ao Presidente da República e ao Primeiro Ministro o relatório sobre Timor Leste que apresentará à Assembleia Geral. Sem carácter oficial, Perez de Cuellar e Eurodeputados avançam a hipótese de negociações quadripartidas: CEE, ONU, Portugal e Indonésia.

De volta a Nova Iorque, tem início a **43a. Sessão da Assembleia Geral**, na qual, para além da intervenção do Ministro português dos Negócios Estrangeiros, têm lugar três factos relevantes: o apoio do representante espanhol, Ordonez, às posições portuguesas, o apoio dos "Cinco" e, pela primeira vez, uma tomada de posição conjunta dos Doze sobre Timor Leste, exposta por Karolos Papoulias, em nome da Presidência grega.

Em Outubro o representante permanente de Portugal na ONU, o Embaixador Fernando Reino, entrega ao Secretário Geral, Perez de Cuellar, um protesto formal pela visita de Suharto a Díli. Gera-se alguma controvérsia sobre declarações então atribuídas a Cuellar, que teria considerado o facto "intolerável". Desabafo, aliás, prontamente desmentido pelo porta-voz do Secretário Geral.

Se na ONU a Indonésia teve uma vitória na Sub-Comissão, mitigada pelo importante facto de se manter a resolução 37/30 de 82, noutras instâncias e organizações internacionais é menos favorecida.

O **Movimento dos Não Alinhados** termina a sua reunião em Nicósia, onde a diplomacia dos **Cinco** países de língua oficial portuguesa derrota a Indonésia: os países reunidos em Nicósia, consideraram o seu "desrespeito pelo direito à auto-determinação" impeditivo, quanto à candidatura que apresentara à presidência do Movimento.

Por outro lado, a **Rede Internacional dos Amigos da Terra** aprova no conjunto de Varsóvia, e inscreve em comunicado final uma referência à ocupação de Timor Leste, que condena.

Finalmente, o **Parlamento Europeu** último, mas não menos relevante, foi sede de importantes debates sobre Timor Leste.

Convidados pela Indonésia visitam Timor cinco Deputados de quatro países. Visita de dois dias, com um itinerário carregado e deslocações em helicóptero, que é anunciada por Ali Alatas como sendo de uma "delegação do Parlamento Europeu".

No regresso, Brian Cassidy (UK) e Guy Guermeur (França) declaram "não ter visto violações dos direitos humanos" mas acham "desproporcionado o aparato bélico".

Entretanto, é anunciada a votação do relatório e da proposta de resolução Van den Heuvel, Lucas Pires fala aos Deputados do PPE sobre Timor Leste e Brian Cassidy critica o Presidente Mário Soares pelas censuras que dirigiu à Indonésia.

Inicia-se a 10/9 o debate sobre Timor Leste. É apresentado o relatório Van den Heuvel, as emendas propostas por Maria de Lurdes Pintassilgo e uma moção conjunta dos Deputados portugueses.

O Bispo resignatário de Díli, D. Martinho da Costa Lopes, está presente durante o debate, que é agitado: o Deputado Brian Cassidy, defensor ardente da Indonésia, ataca o que ele chama a "mafia portuguesa". Reacções vivas não só dos portugueses mas da grande maioria da Câmara, e o Grupo Conservador, a que pertence, obriga-o a apresentar desculpas. Incidente encerrado.

Terminado o debate, a votação: relatório e resolução aprovados, com 165 votos favoráveis, 12 contra e 15 abstenções. A ocupação indonésia foi condenada e o direito à auto-determinação do povo de Timor Leste reconhecido.

Tem ainda lugar uma Assembleia ACP-CEE em que o Deputado português Barros de Moura apresenta uma proposta sobre um referendo em Timor Leste.

Os apoios às posições portuguesas alargam-se: à Grécia, aos Conservadores europeus. O Grupo Socialista, cuja posição era já de apoio à auto-determinação e de condenação da ocupação indonésia, lança uma iniciativa - "dez pontos para Timor".

Aos poucos, graças ao esforço de muitos - e sobretudo graças à resistência dos timorenses - Timor Leste começa a ser mais do que um longínquo ponto nos mapas.

Novembro

Timor Leste vive os ecos da visita de Suharto a Díli e do anúncio da abertura das suas fronteiras em 8 dos 13 distritos a partir de 1 de Janeiro de 1989. Suharto contudo, não anunciou em Díli apenas a abertura das fronteiras. Ele próprio confirmou o fuzilamento de 2 comunistas, com a justificação de que o "comunismo ainda constitui um perigo para o país".

Tanto a visita como as declarações de Suharto foram vivamente repudiadas quer pelos refugiados timorenses na Austrália e em Portugal, quer pelas organizações de resistência de Timor (UDT e FRETILIN), quer mesmo por Portugal que apresentou protestos formais nas várias instâncias internacionais. Entretanto, o Governador Mário Carrascalão declara à rádio australiana "ABC" que "as forças de guerrilha da FRETILIN não passam de um grupo diminuto a actuar numa zona restrita do Território".

No dia 19 chega a Timor Leste um grupo de peritos militares norte americanos com o objectivo de coordenar manobras militares com aviões e helicópteros fabricados nos Estados Unidos.

A Indonésia assiste, nos primeiros dias de Novembro, à chegada de Claude Cheyson, Comissário Europeu, para discutir com as autoridades de Jacarta questões relativas à ASEAN e, informar Suharto das críticas formuladas pelo Parlamento Europeu sobre as sucessivas violações dos direitos humanos em Timor Leste.

Entretanto, os presos Timorenses que se encontravam numa prisão de Jacarta, foram transferidos para Díli.

No dia 16 o Parlamento indonésio manifesta-se contra as acusações de Senadores e Congressistas norte americanos, acerca da violação dos direitos humanos em Timor Leste, e ao mesmo tempo, o Governo anuncia que a actividade dos missionários estrangeiros irá ser proibida em todo o país.

Em Portugal assiste-se a uma crítica generalizada da imprensa à visita de Suharto a Timor Leste, bem como a uma intensa actividade diplomática por parte das autoridades portuguesas. Em particular do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que leva a Londres a questão de Timor Leste e protesta contra o "Timor Gap". Ao mesmo tempo o porta voz do MNE declara que o "Governo português lamenta a posição dos EUA sobre a questão de Timor" e a Embaixada de Portugal em Washington dá a conhecer ao Departamento de Estado a posição portuguesa sobre a visita de Suharto a Díli: esta iniciativa foi acompanhada de um protesto formal junto da ONU.

O Presidente da República critica duramente as posições americanas, classificando-as de "incongruentes e inoportunas".

No dia 16 o Centro de Reflexão Cristã promove em Lisboa um colóquio sobre o tema "Os direitos do povo timorense no novo contexto internacional", e no dia 18, o Governo Português resolve suspender as negociações com a Indonésia sobre a visita parlamentar a Timor Leste, devido ao acordo do "Timor Gap".

Nos Estados Unidos o porta-voz do Departamento de Estado, afirma à imprensa que o seu Governo aceita a incorporação de Timor Leste na Indonésia, reconhecendo contudo, que não houve nenhum acto válido de autodeterminação.

Entretanto, a Organização Não Governamental "Asia Watch", denuncia, em importante relatório, o facto da política externa dos EUA continuar a ignorar a violação dos direitos humanos em Timor Leste. O relatório compara as atrocidades cometidas pelos indonésios, às que foram praticadas no Camboja por Pol Pot.

No dia 30 o Senador Republicano Robert Dole, que chefiou a delegação de Congressistas americanos à Indonésia, admitiu que nos EUA não há informação sobre o que se passa em Timor Leste, adiantando que pretende ser informado.

Na Austrália a Convergência Nacionalista Timorense prepara um convite formal ao Secretário de Estado da Saúde português para visitar a Austrália, a fim de se aperceber das condições de saúde de muitos timorenses que querem voltar para Portugal. Pelo seu lado, a UDT exorta todas as forças democráticas portuguesas a condenar a posição dos EUA sobre Timor Leste.

Entretanto, um jornalista australiano que visitou Timor Leste, afirma que "as declarações do Governador Mário Carrascalão sobre o progresso em Timor Leste, escondem a feroz repressão dos indonésios sobre o povo".

Da ONU chegam notícias de que as negociações entre Portugal e a Indonésia sobre a visita de Deputados a Timor Leste, que se encontravam interrompidas, prosseguirão em breve.

Entretanto, o Embaixador da Comunidade Europeia na ONU, manifestou-se pela terceira vez em defesa do povo timorense, criticando a Indonésia pela violação dos direitos humanos.

O Conselho da Europa após a reunião do dia 16, em Estrasburgo, faz pela primeira vez a alusão a Timor Leste no seu comunicado final, preconizando uma solução negociada para o problema. De salientar que a proposta portuguesa de condenação da Indonésia pela violação dos direitos humanos em Timor Leste foi aprovada por unanimidade.

Dezembro

De Timor Leste, o líder da resistência, Xanana Gusmão envia uma carta à Assembleia da República, na qual manifesta o desejo de se concontrar com a delegação parlamentar portuguesa que visitará o território. Surgem entretanto notícias das repercussões da visita de Suharto a Díli. Na verdade, segundo informadores militares e cívis, terão sido presas antes, durante e depois da presença de Suharto, cerca de 3 000, pessoas. Ao mesmo tempo, circulam rumores de que o controlo do monopólio do café pelos militares indonésios poderia provocar a demissão do Governador Mário Carrascalão.

No dia 24 a guerrilha informa que desde o dia 2 de Novembro, as tropas indonésias, comandadas pelo genro de Suharto, estão empenhadas numa grande operação militar, na tentativa de aniquilar a resistência.

Na Indonésia, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas, dá uma conferência de imprensa, e refere que as conversações com Portugal sobre o caso de Timor, não tiveram ainda lugar devido às hesitações de Portugal.

Entretanto, a 17, na continuação de anúncios quase sempre desmentidos e sempre adiados, o Ministro do Interior declara novamente que as fronteiras de Timor Leste serão, abertas a visitantes estrangeiros ainda antes do Natal; outro Ministro, das Questões Políticas e de Segurança, afirma a 21 que a abertura de fronteiras se fará apenas a partir de 1 de Janeiro. Ao mesmo tempo, Ali Alatas afirma que o seu país estará sempre disposto a recomeçar as conversações tripartidas com Portugal sobre Timor Leste, sob a égide da ONU.

Em Portugal, durante as comemorações do 1° de Dezembro, o Duque de Bragança defende o direito do povo de Timor Leste à autodeterminação e condena a brutal repressão indonésia no território.

Entretanto, para assistir ao Congresso do PCP, encontra-se em Lisboa, Abdul Kadir, membro do Partido Comunista da Indonésia, o qual declara que o seu partido sempre condenou a invasão e a anexação de Timor Leste.

Em Lisboa e no Porto é assinalada a passagem do 13° aniversário da ocupação de Timor Leste pela Indonésia, com uma sessão cultural e uma conferência de imprensa.

No dia 20 o Governo entrega casas aos refugiados timorenses do Vale do Jamor e a Assembleia da República no dia 23, em Sessão Solene, presidida pelo Presidente da República, para comemorar os 40 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, condena por unanimidade a Indonésia pela ocupação de Timor Leste e pelas atrocidades cometidas.

A Austrália, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, concede visto de residência permanente ao dirigente da FRETILIN José Ramos Horta.

No dia 6, ao passarem 13 anos da invasão de Timor Leste, cerca de 3 centenas de timorenses manifestaram-se junto da Embaixada da Indonésia em Camberra, como protesto pela invasão.

Entretanto o jornalista Paul Jakson, que visitou Timor Leste a convite dos indonésios, publicou no "Nothern Territory News" um artigo elogiando a acção indonésia.

Ao mesmo tempo, anuncia-se para Fevereiro a estreia do filme "Enterrados Vivos", do jornalista e cineasta australiano Gil Scrine, sobre o drama do povo de Timor.

No dia 28 uma refugiada timorense acabada de chegar à Austrália, dá uma conferência de imprensa em que relata aos jornalistas a prisão, tortura e assassinato dos seus famíliares (primos, irmãos, marido e cunhado).

Na Grécia, onde se encontra em visita oficial, o Presidente da República, Mário Soares, chama a atenção dos governantes gregos e da comunidade internacional para a continuada violação dos direitos humanos em Timor Leste.

No dia 14 o **Parlamento Europeu** aprova uma resolução que condena as prisões ocorridas em Timor Leste durante a visita de Suharto. Entretanto, as delegações parlamentares portuguesa e espanhola exigem o cumprimento urgente e efectivo das recomendações das organizações internacionais competentes, no que se refere a Timor Leste.

A **Amnistia Internacional**, no seu relatório anual refere que a Indonésia está entre os países que violam grave e sistematicamente os direitos humanos, quer no território em Timor Leste, quer no seu próprio território.

-//-****-//-

1989

1989 é um ano dominado por acontecimentos que marcarão uma viragem na "internacionalização" da questão de Timor.

De uma certa forma vai-se assistir ao lento acordar da consciência internacional para o drama do povo timorense, que começa a ser discutido para além dos fóruns especializados e do âmbito, importante mas limitado, dos Movimentos de Apoio.

Dentre estes acontecimentos destacam-se três, pela importância das suas repercussões, quer no próprio território de Timor Leste, quer no quadro mais geral da opinião pública e da política internacional:

- a visita do Papa João Paulo II à Indonésia e a sua polémica passagem por Díli;
- a expectativa gerada pela hipótese de uma visita de Parlamentares portugueses a Timor; e
- os desenvolvimentos relativos à assinatura do acordo de exploração petrolífera do "Timor Gap", entre Camberra e Jacarta.

Curiosamente, todos eles relevam da intensa actividade diplomática da Indonésia. Tentando, por todos os meios, projectar para o exterior uma nova imagem, mais consentânea com normas de conduta internacionalmente aceites, e assegurar-se alianças, apoios, conivências, age em todas as frentes e desenvolve esforços desmedidos.

Por ironia, e, sobretudo, porque um povo oprimido persiste em ser ele próprio, as acções de propaganda tão minuciosamente preparadas pelos ocupantes, acabam por se transformar em instrumentos de afirmação dos resistentes.

É certo que o saldo global de 1988, para o povo de Timor Leste e para os guerrilheiros da FRETILIN, foi o peso da opressão, da tortura, da morte, do sacrifício, do risco quotidiano. Mas para a Indonésia, foi a constatação de que a enorme mobilização de meios militares, policiais e diplomáticos, não conduziu aos resultados esperados.

Em Portugal, que continuava a ser potência administrante de Timor Leste, uma forte corrente de opinião levava a tomadas de posição oficiais mais firmes; a Europa, e, em particular, a Europa dos Doze, começava a manifestar mais claramente a sua condenação da política indonésia; a própria administração americana enfrentava, pela primeira vez, críticas sérias, quanto à sua "ignorância deliberada" relativamente a Timor Leste; e na Austrália, longe de ser questão pacífica, o acordo do Timor Gap suscitava críticas e transformava-se em factor de consciencialização da opinião pública.

Até a política pretensamente humanitária, conduzida pela Indonésia e patrocinada pela Cruz Vermelha Internacional, de "reagrupamento das famílias timorenses" se é verdade que serve o desígnio de Jacarta de esvaziar Timor de timorenses, é também verdade que permite estabelecer um fluxo de informação para o exterior de quanto se passa no território.

Tudo são armas de dois gumes para os regimes ditatoriais e opressores: o de Jacarta verá confirmar-se esta asserção, no decurso de 1989, ao fazer o balanço das "operações", tão laboriosamente montadas e assentes em tão complexas redes de interesses cruzados.

– //-****-// –

Janeiro e Fevereiro

Em Timor Leste, a FRETILIN anuncia diversas acções da guerrilha contra as tropas indonésias de que teriam resultado a destruição de um paiol e a morte de mais uma centena de soldados indonésios.

A Comissão para os Direitos do Povo Maubere refere que terão sido mortos 2.000 timorenses, durante o ano de 1988.

Por outro lado, D. Ximenes Belo insurge-se contra o que considera a "propaganda mentirosa" da Indonésia sobre o respeito pelos direitos humanos no território.

A Indonésia mostra sinais de inquietação em razão da diplomacia portuguesa e ameaça mesmo a Comunidade Europeia de represálias, caso se deixe influenciar por Portugal.

No plano interno, o Governo abriu as fronteiras de Timor Leste, mas depressa impôs restrições, como a necessidade de autorização prévia e de outros documentos.

No plano militar, o comandante das Forças Armadas continua a insistir na eliminação dos insurrectos em Timor Leste, apesar de não os considerar uma ameaça séria.

Em Portugal desenvolve-se um diálogo entre os orgãos de soberania e a Convergência Nacionalista Timorense com o fim de estabelecer consensos para as negociações com a Indonésia.

Ramos Horta afirma mesmo que a diplomacia portuguesa está no bom caminho e considera de interesse para os timorenses a visita de Parlamentares portugueses a Timor Leste. Manifesta também o desejo de que Portugal participe no financiamento das actividades dipomáticas da Convergência Nacionalista junto da ONU, uma vez que ele próprio teve de abandonar as funções que exercia em Nova Iorque por dificuldades financeiras.

Na Assembleia da República, a Comissão de Acompanhamento da Situação em Timor Leste aprovou um programa de actividades, que incluiu a elaboração de um "Livro Negro" com todos os testemunhos que conseguiu obter.

Entretanto, chegam a Portugal mais 40 famílias timorenses, que a Indonésia deixou sair por insistência da diplomacia dos Estados Unidos.

Nas Nações Unidas, a Indonésia afirma que o povo de Timor já terá exercido o direito à autodeterminação, enquanto Portugal, através do seu representante na Comissão dos Direitos do Homem, protesta contra esta afirmação.

Por outro lado, o boletim editado pelo Serviço Internacional de Direitos Humanos, afirma que as O.N.G.'s' subestimam a realidade da situação em Timor Leste e apela a uma maior clareza de expressão, na sessão da Comissão dos Direitos do Homem, em Julho de 1989.

A Austrália concede 260.000 dólares australianos para um programa de protecção, assistência médica, alimentar e humanitária a Timor Leste.

No Reino Unido, a televisão transmite um programa com cenas arrepiantes das atrocidades praticadas pelas forças indonésias e acusa de indiferença o Ocidente, particularmente o Reino Unido e os Estados Unidos.

Março e Abril

Em Timor Leste, a população e a Resistência mostram-se preocupadas pela demora na resposta portuguesa à carta-convite indonésia para uma visita parlamentar ao território.

Sobre a violação dos direitos humanos, o Governador de Díli reconheceu a prática de esterilização forçada em estudantes timorenses do ensino secundário e um timorense, ouvido pela Comissão dos Direitos do Homem da ONU, descreveu vários acontecimentos, que presenciou: atrocidades cometidas pelas forças indonésias.

Quanto à exploração dos recursos naturais são anunciadas descobertas de novas e importantes jazidas no mar de Timor.

Do ponto de vista social e religioso, a entrada forçada do islamismo no território acaba por aumentar ainda mais a resistência e a unidade dos católicos perante o invasor, segundo afirma um refugiado timorense.

A **Indonésia** mostra-se preocupada com a opinião pública internacional e nesse sentido, o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros admitiu a visita a Timor Leste de 2 deputados australianos, que têm vindo a criticar Jacarta por violações dos direitos humanos.

No final do mês de Abril, Ali Alatas terá referido que desde há muito a Indonésia está disponível para conversações em Portugal.

Na **Austrália**, segundo a Convergência Democrática Timorense, intensifica-se uma campanha anti-Timor, enquanto Ali Alatas, de visita a este país, é insultado e vaiado por manifestantes timorenses.

Em **Portugal** assiste-se a uma intensa actividade diplomática do Presidente da República, da Assembleia da República e do Governo, tendo estes orgãos reunido diversas vezes para discutir as condições de eventual visita parlamentar a Timor Leste.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, por sua vez, deslocou-se à Tailândia, à Malásia e a Singapura, durante sete dias, fazendo-se eco das posições portuguesas sobre Timor nos encontros que teve com governantes destes países.

A Comissão de Acompanhamento da Situação em Timor Leste definiu e aprovou as "condições mínimas" para a concretização da visita parlamentar que são:
- Não passar por território indonésio, liberdade de contactos e movimentos e não serem obrigados a visto.

O Primeiro Ministro anuncia que vão realizar-se conversações entre Portugal e a Indonésia, sob os auspícios da ONU, em Nova Iorque.

Noutro sentido, a Rádio Renascença anuncia que o Papa irá visitar Timor Leste no dia 13 de Outubro, o que provoca, desde logo, as mais diversas reacções. O Presidente da República, Mário Soares, em deslocação oficial a Itália, encontrou-se mesmo com o Papa, com quem terá debatido a sua deslocação a Timor, ainda que, publicamente, o Estado português não comente a visita papal.

Os PALOPs, em reunião ministerial em **Bissau**, saudam os esforços desenvolvidos por Portugal no sentido de permitir a Timor Leste o livre exercício do direito à autodeterminação e independência.

Na **ONU**, o chefe da delegação portuguesa à 45ª sessão da Comissão dos Direitos do Homem denuncia a violação dos direitos do homem em Timor Leste praticada pela Indonésia.

Há ainda a registar a posição do Governo da **China** que espera que as partes envolvidas cheguem através de consultas e de forma pacífica, a uma solução justa e razoável para a questão de Timor Leste.

Os **Estados Unidos** continuam a defender o respeito dos direitos humanos em Timor Leste e o relatório do Departamento de Estado reconhece mesmo que os timorenses são discriminados pela potência ocupante e que existem confrontos entre a FRETILIN e forças indonésias.

Maio e Junho

Em **Timor Leste**, o Governo de Jacarta continua a decretar a extinção da cultura e tradições mauberes. É sintomática a proibição de celebração da missa em "tetum", o que não foi acatado pelo clero e pelo Bispo.

A anunciada visita do Papa ao território veio transportar o Bispo de Díli para principal protagonista. Enquanto a Resistência o acusa, num primeiro momento, de integracionista, acaba mais tarde por escrever a Mário Soares para evitar o seu afastamento. Por outro lado, D. Ximenes Belo envia uma carta-petição a Perez de Cuellar denunciando as violações dos direitos humanos no território, reproduzindo e referindo factos particularmente graves, atribuídos às autoridades indonésias e devidamente documentados.

Todas estas actividades levam as autoridades indonésias a isolar o Bispo que declara que "não recebe cartas, nem revistas, nem jornais e [que] a correspondência que envia também não chega aos seus destinatários".

Sob o ponto de vista militar, a FRETILIN mostra-se apreensiva quanto à visita papal e alguns refugiados afirmam que as forças indonésias iniciaram uma "vaga de fuzilamentos e prisões" para preparar a visita do Papa e até espancaram e injuriaram um padre católico, João de Deus, quando viajava entre duas localidades de Timor Leste. Impediram um sacerdote de entrar em Timor e recusaram o visto de entrada a um outro padre, português.

A Cruz Vermelha Internacional conseguiu a repatriação de cerca de 100 pessoas, funcionários da antiga administração portuguesa.

Na Indonésia existe optimismo por parte das autoridades quanto à visita do Papa e dos Deputados portugueses a Timor, que encaram como prestigiante para a Indonésia no plano internacional.

No plano diplomático, a Indonésia estabelece relações com a China, sem informar os restantes países da ASEAN, e recebe a visita do Vice-Presidente dos Estados Unidos, Dan Quayle, que terá abordado a questão de Timor no seu encontro com Suharto. Foi revelado que há mais de 400 presos políticos no território e um permanente recurso a práticas repressivas sobre a população.

Em Jacarta, vários estudantes timorenses pedem asilo político a Embaixadas estrangeiras, com receio de repressões, após a prisão de um estudante em Bali. As Embaixadas do Japão e do Vaticano não o concederam, sob pressão das autoridades indonésias. Em consequência, aqueles estudantes terão sido retidos e um preso, mas o Governo indonésio desmentiu qualquer prisão.

Na ONU, recomeçaram as negociações entre Portugal e a Indonésia sobre a visita parlamentar a Timor Leste, mas sem atingir quaisquer resultados.

Por outro lado, foi atribuido o prémio do FNUAP (Fundo das Nações Unidas para as Actividades Populacionais) ao Presidente da Indonésia, Suharto, o que provocou de imediato as mais severas críticas por parte de organizações e movimentos de todo o mundo.

Perez de Cuellar recebe uma carta de D. Ximenes Belo, através do Bispo de Setúbal, na qual é feito um apelo em favor do povo de Timor Leste. Será presente na Comissão de Descolonização, em Agosto.

No Parlamento Europeu é aprovada uma resolução (a 3ª. desde 1986) de apoio a Timor Leste e condenando a Indonésia.

Em Portugal é largamente comentado o recomeço das negociações com a Indonésia. A Comissão de Acompanhamento da Situação em Timor Leste definiu os princípios para a realização da visita parlamentar, o Primeiro Ministro referiu-se às negociações como difíceis e sem prazo e o Presidente da República pediu aos Deputados que moderasem as condições já apresentadas.

No plano diplomático, Portugal leva o problema de Timor Leste às autoridades da Austrália e Nova Zelândia, através do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, à Conferência dos Direitos do Homem e à OCDE através do Ministro dos Negócios Estrangeiros, aos Estados Unidos e à Itália através do Presidente da República.

A atribuição do prémio da FNUAP a Suharto é recebida em Portugal como uma derrota diplomática no plano internacional e a imprensa faz-se eco das críticas e comentários a esta atribuição por parte de todas as organizações ligadas a Timor Leste e aos direitos humanos.

A notícia da visita do Papa a Timor Leste é recebida com agrado pela generalidade do clero português, mas com críticas por vários grupos e movimentos sociais, que não esquecem o facto de a embaixada do Vaticano em Jacarta não ter concedido asilo político aos estudantes timorenses.

Culturalmente, é lançado em Portugal o livro de Jill Jolliffe, "Timor, terra sangrenta" e é anunciado o livro de Ramos Horta, "Timor: amanhã em Díli".

Na Austrália são referidos os problemas sociais dos refugiados timorenses, que são mesmo objecto de uma reportagem.

Nos Estados Unidos, 118 congressistas escrevem ao Presidente Bush, pedindo-lhe que mencione a situação em Timor Leste no encontro que terá com Suharto na Casa Branca.

Julho

Em Timor Leste são denunciadas operações militares, que os indonésios designam como "operação limpeza".

Por outro lado, 30 famílias, que trataram dos seus vistos para Portugal pela Cruz Vermelha ainda não sairam por dificuldades da burocracia portuguesa.

A Indonésia ultima os preparativos para a assinatura do acordo com a Austrália para a exploração dos recursos naturais do Mar de Timor.

Em Portugal enquanto Mário Soares anula um encontro com Perez de Cuellar na sua visita aos Estados Unidos, como forma de protesto pela atribuição do prémio FNUAP a Suharto, Cavaco Silva convida-o a visitar Portugal para contactos com os órgãos de soberania sobre a questão de Timor Leste.

A Assembleia da República escolhe os Deputados que irão como peticionários ao Comité dos 24 da ONU.

Sobre a visita do Papa a Timor Leste, aparecem alguns comentários que a consideram inoportuna.

Na **ONU**, Portugal e a Indonésia continuam as negociações. Num primeiro momento, Portugal faz depender a visita das condições já conhecidas. Num segundo momento, a Indonésia aparentou alguns sinais de abertura,o que levou a que se chegasse a um acordo de princípio.

No entanto, o não conhecimento da resposta da Indonésia às condições portuguesas, parece inviabilizar a realização da visita durante o ano de 1989.

Agosto

Em **Timor Leste** a Resistência anunciou uma nova estrutura de funcionamento no exterior e no interior. Foi criado um novo órgão da direcção – o CNRM (Conselho Nacional da Resistência Maubere) e Xanana Gusmão passa a assumir exclusivamente o comando das Forças Armadas (FALINTIL).

Sobre a situação que se está a viver no território, padres timorenses afirmam que ela é insuportável, outras notícias referem que nos últimos meses têm aumentado os casos de perseguições, intimidações, prisões e execuções, outras ainda, referem, que os militares indonésios fuzilam e decapitam os resistentes, expondo publicamente as suas cabeças e também que a Indonésia iniciou uma "acção de esclarecimento" nas aldeias para eliminar sacerdotes não afectos ao regime de Jacarta.

Na **Indonésia**, os estudantes que tinham pedido asilo nas Embaixadas, solicitaram à Amnistia Internacional que os ajudasse a sair da Indonésia.

Em **Portugal**, o Bispo resignatário de Díli acusa o Papa de obede–

cer aos indonésios e a diplomacia portuguesa espera que a visita do Papa a Timor inflicta as posições de passividade da comunidade internacional.

Na ONU, as posições defendidas pelos representantes de Portugal e de outros países, elevam a questão de Timor Leste a assunto de importância internacional.

O assunto foi levantado na **Sub-Comissão dos Direitos do Homem**, reunida em Genebra, onde o Embaixador Costa Lobo afirmou que houve uma deterioração da situação em Timor Leste e que a Indonésia esqueceu totalmente os direitos humanos. Um cidadão sueco apresentou provas documentais da guerra e ocupação militar indonésia.

A Indonésia, como resposta, apenas sustenta que o "processo de descolonização em Timor Leste ficou concluido em 1976".

Na **Comissão de Descolonização da ONU**, conhecida por Comité dos 24, em Nova Iorque, participaram seis peticionários portugueses, dos quais quatro deputados (Adriano Moreira, Manuela Aguiar, Pacheco Pereira e Vidigal Amaro).

Ainda que a Indonésia tenha levantado dificuldades processuais impedindo que todos os peticionários portugueses falassem nessa qualidade, as suas intervenções denunciaram ao mundo a situação que se vive em Timor Leste. Por outro lado, pediram à ONU um compromisso para uma acção mais eficaz e sustentada no sentido de uma real descolonização e reafirmaram o direito do povo de Timor Leste à autodeterminação.

As posições portuguesas foram apoiadas por Parlamentares de outros países, nomeadamente da Austrália, Canadá, Japão e Reino Unido.

Foi ainda lida a carta de D. Ximenes Belo dirigida a Perez de Cuellar, que a Igreja Católica diz ser apenas a posição individual do Bispo.

Setembro

Em **Timor Leste**, fontes eclesiásticas e diplomáticas confirmaram notícias já referidas nos meses anteriores e veiculadas pela resistência timorense, segundo as quais tem vindo a aumentar a repressão das forças militares indonésias sobre a população timorense, com vista à preparação da visita papal, encontrando-se aí estacionados 23 batalhões indonésios.

A **Indonésia** recusou a emissão de vistos a jornalistas portugueses que pretendiam acompanhar o Papa e até o Vaticano teve de atribuir outra nacionalidade ao responsável pela secção portuguesa da Rádio Vaticano.

Sobre a visita papal, o **Vaticano** foi sujeito a enormes pressões por parte da diplomacia portuguesa, da Convergência Nacionalista Timorense e de outros movimentos e entidades, para que clarificasse sem ambiguidades a sua posição relativamente a Timor Leste. Esta pressão foi provocada pela omissão da menção a Timor Leste no anúncio oficial da visita, o que levou a entender que o Vaticano aceitava como facto consumado a integração de Timor na Indonésia. Perante as pressões, o Vaticano teve de precisar junto do Governo Português, por via diplomática, que a sua posição sobre Timor não se tinha alterado (e que o anúncio não passava de um roteiro).

Em **Portugal**, os Líderes Parlamentares e o Ministro dos Negócios Estrangeiros reuniram-se para discutir questões relacionadas com a visita do Papa a Timor.

A generalidade da imprensa faz-se eco de críticas à diplomacia portuguesa por não fazer pressão sobre o Vaticano para que tome uma posição clara sobre a questão de Timor.

Realiza-se o X Congresso Nacional do Movimento de Estudantes Católicos, que aprovam uma moção a favor de Timor, e no Porto, realizam-se as Jornadas de Timor que visam sensibilizar a população para a situação que se vive no território.

Mário Soares recebe Perez de Cuellar para discutir o relatório sobre Timor que este apresentará na Assembleia Geral da ONU e desloca-se à Hungria e à Holanda, onde aponta também a questão de Timor.

Na ONU, na reunião da **Sub-Comissão dos Direitos do Homem**, em Genebra, a Indonésia sofreu a 1ª derrota ao não conseguir impedir a aprovação de uma moção que a condena e que foi subscrita pelos representantes da Grécia, Reino Unido, França, México, Japão e Noruega (12 votos a favor, 9 contra e 3 abstenções).

Realizou-se também a **44ª sessão da Assembleia Geral da ONU**, que apresenta a questão de Timor no ponto nº 122 da Ordem de Trabalhos e sobre a qual falaram os seguintes intervenientes:

- O Secretário-Geral da ONU, Perez de Cuellar, apresentou o relatório anteriormente discutido com Mário Soares;
- O Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Deus Pinheiro, chamou a atenção para o facto de Timor continuar a ser um território não autónomo e de que Portugal continua a ser a potência administrante;
- Quanto à Comunidade Europeia, houve uma posição conjunta dos Doze, fruto da diplomacia portuguesa;
- O Presidente do Brasil, José Sarney, também abordou a questão de Timor, a pedido de Mário Soares;
- A Indonésia reagiu ao discurso de Deus Pinheiro considerando que os timorenses já teriam exercido o seu direito à autodeterminação e não serem fundamentadas as acusações de violação dos direitos humanos.

Em contrapartida, a **Indonésia** recebeu um "prémio **UNESCO**" para alfabetização, mesmo impondo a sua língua em Timor e impedindo o uso do "tetum".

Na Conferência dos **Não Alinhados**, realizada em Belgrado, a diplomacia portuguesa conseguiu que a questão de Timor fosse debatida e, pela primeira vez, os PALOP's e Portugal tomaram uma posição consensual, fruto de uma reunião conjunta antes da Conferência.

Na reunião da **União Interparlamentar**, em Londres, o deputado

Guido Rodrigues, da delegação portuguesa, levantou a questão de Timor Leste, ainda que o tema da reunião não contemplasse os direitos humanos.

Outubro

Em Timor Leste, todos os acontecimentos referidos relacionam-se com a visita do Papa.

Segundo informações da resistência, confirmadas pelo padre António Costa, as forças policiais indonésias assassinaram, depois da missa papal e da manifestação que se lhe seguiu, um número ainda não determinado de timorenses, mas são referidos oito fuzilamentos e 500 prisioneiros.

Antes do dia da visita papal, as autoridades fizeram invadir o território de civis indonésios e detiveram 1 500 pessoas. Durante a visita, Xanana Gusmão consegue fazer chegar uma missiva ao Papa, onde refere as pressões a que o povo maubere foi submetido. Após a visita, a resistência mostrou-se decepcionada pelas atitudes tomadas pelo Papa.

Sobre a visita papal são referidos os seguintes factos:

- No dia 6, o Papa inicia a sua viagem à Ásia;
- No dia 8, o Papa afirma que a sua visita a Timor Leste não avaliza a ocupação indonésia, pois se trata de uma visita pastoral.
- No dia 9, o Vaticano acaba de separar a "Igreja indonésia" da "Diocese de Díli".
- No dia 11, na Indonésia, o Papa apelou ao "diálogo entre as religiões" e recusou a companhia de um ministro indonésio, mostrando assim alguma distância em relação às autoridades indonésias.
- No dia 12, o Papa elogiou a evangelização portuguesa na Ilha

das Flores.

- No dia 12, em Díli, o Papa, à chegada, não beijou o solo de Timor e foi confrontado com um gigantesco cartaz que mencionava Timor como a 27ª. província indonésia.

- A FRETILIN apelou a um cessar-fogo durante a visita.

- A missa que o Papa celebrou em Taci-Tolu (campo de extermínio de milhares de timorenses pelos indonésios), foi celebrada em latim, por protestos da comunidade internacional.

- Depois da missa, na qual o Papa não condenou a anexação de Timor Leste, seguiu-se uma manifestação que provocou confrontos entre manifestantes e a polícia, tendo resultado um número indeterminado de prisões.

- No dia 14, na Indonésia, o Papa despede-se e fala aos Bispos na defesa dos direitos humanos.

Na **Indonésia**, as autoridades fazem todos os possíveis para tirar dividendos da visita papal, levando-os a recusar vistos a jornalistas portugueses para acompanhar a visita e levando mesmo Suharto a aconselhar os católicos a não fazerem festejos para não provocarem a comunidade muçulmana.

Sobre os confrontos na manifestação em Díli, Ali Alatas acusou o clero e a comunicação social portuguesa de empolarem os acontecimentos, mas acabou por reconhecer a existência e a actividade da resistência.

É também anunciado que a Indonésia e a Austrália concluiram o acordo sobre a exploração dos recursos naturais do Mar de Timor.

Em **Portugal**, o Governo continua a não comentar publicamente a visita papal, mas a Assembleia da República manifestou preocupação pela forma em que decorreu a visita e toda a imprensa se fez eco dessas preocupações.

A Igreja portuguesa, por sua vez, tentou interpretar o sentido positivo dessa visita.

Por outro lado, Mário Soares, em deslocação a França, referiu-se à questão de Timor Leste, mas omitiu a visita papal.

A **Comunidade Internacional** começa a dedicar maior atenção à questão de Timor Leste, de que são exemplo os seguintes acontecimentos:

- De visita à Holanda, o Presidente da República portuguesa fala no Tribunal Internacional dos Direitos do Homem onde pede o reconhecimento do direito do povo timorense à autodeterminação e à observância dos direitos do homem.

- No Canadá, realizou-se uma conferência sobre Timor Leste, em Otawa, onde foi aprovada uma moção a favor da autodeterminação e independência de Timor Leste.

- Na Austrália, a televisão passa o filme "Enterrados vivos: a história de Timor Leste", que conta a história recente de Timor. Alguns Parlamentares australianos apoiam as posições de D. Ximenes Belo sobre o referendo, mostrando interesse em falar com Parlamentares portugueses.

Por outro lado, a Austrália entregou à Indonésia 100 milhões de dólares para o desenvolvimento económico de Timor Leste.

- Em França, um jornalista do "Le Monde" aceita as justificações de Jacarta sobre a situação em Timor.

- Nos Estados Unidos, um jornalista que esteve em Timor indica números precisos de mortos indonésios em combate com a FRETILIN, desmentindo afirmações indonésias que a guerra estaria a acabar.

- Na Alemanha, realizou-se um Seminário sobre os direitos do Homem, com a participação de Cavaco Silva que interveio em defesa da autodeterminação do povo de Timor Leste.

- No Brasil, realizou-se o 2$^{o.}$ Encontro de Jornalistas de língua portuguesa, onde foi defendida a causa do povo maubere.

- Na UNESCO, na XXV Conferência Geral, o Ministro da Educação português condenou a violação da identidade cultural e tradição linguística do povo maubere e Mário Soares defendeu a independência de Timor.

Por sua vez, o Embaixador da Indonésia acusou o Presidente da República portuguesa de "politizar os debates ao falar de Timor Leste".

Novembro

Em Timor Leste, após a visita do Papa, 20 ou 28 jovens refugiaram-se na casa de D. Ximenes Belo, com receio da Polícia Militar indonésia que deteve e maltratou 9 jovens de uma missão católica de Díli.

Carrascalão nega detenções, na sequência da visita do Papa, mas 80 mulheres da Organização Popular das Mulheres de Timor foram presas e torturadas pelas forças indonésias, segundo o porta-voz da FRETILIN em Darwin.

A Indonésia e a Austrália assinam o acordo "Timor Gap" sobre o espaço aéreo das águas de Timor Leste, por terem falhado as negociações sobre o local para a assinatura.

Em Portugal, são referidos vários acontecimentos relativamente a Timor Leste:

- Mário Soares e Cavaco Silva recebem o Presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha, o qual apresentou o "relatório de actividades" e deu conta das medidas tomadas a favor dos detidos timorenses, da procura e troca de presos, do acolhimento de mais de 1 150 pessoas, etc.
- A Comissão de Acompanhamento da Situação em Timor Leste recebeu um relatório elaborado por dois jornalistas portugueses, que acompanharam a visita do Papa.
- A FRETILIN e a UDT, reunidos durante quatro dias em Lisboa, afirmam-se como os representantes do povo de Timor Leste e propõem a Portugal que assuma as suas responsabilidades e que regresse ao território para concluir a descolonização.

- Em Coimbra realiza-se um conjunto de iniciativas académicas com o fim de sensibilizar a população para a questão de Timor.

- O Movimento Democrático de Mulheres realiza um debate sobre Timor Leste, onde representantes da resistência denunciam o facto de Timor ser o território mais militarizado do mundo.

De outros locais são referidos importantes acontecimentos relativamente a Timor Leste:

- No Parlamento Europeu é aprovada uma resolução, proposta pelos Eurodeputados portugueses, condenando a Indonésia e pedindo às restantes Instituições Comunitárias e aos Estados Membros o integral cumprimento das resoluções já aprovadas.

- No Reino Unido, uma greve de fome de 40 dias de um taxista levou o Partido Trabalhista a tomar posição na defesa do direito de Timor à autodeterminação.

- Em Macau, o Grupo de Macau da Amnistia Internacional denuncia a violação dos direitos humanos em Timor Leste, apresentando os seguintes números: 200 mil mortos desde a invasão, 365 pessoas executadas em sete meses, 3 mil detenções quando da visita de Suharto em 1988 e prisão de 40 na visita do Papa.

- No Brasil, na Cimeira dos Presidentes dos países lusófonos, Mário Soares considera Timor como membro da comunidade cultural portuguesa e com direito aos benefícios do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

- Nos Estados Unidos, a revista "Newsweek" expressa a denúncia de que a vida nas cadeias indonésias é semelhante à escravidão.

- Na Austrália, Ramos Horta anuncia a sua demissão da FRETILIN, por má organização, e defende a realização de eleições em Timor Leste após negociações entre Lisboa, Jacarta e a ONU.

Dezembro

Em Timor Leste, as tropas indonésias invadiram a residência episcopal e detiveram os 28 manifestantes, ali recolhidos por D. Ximenes Belo, tendo-os transportado para parte incerta.

A comunidade timorense no exterior mostrou-se preocupada com o paradeiro do Bispo de Díli, mas no dia seguinte houve a confirmação de que se encontrava em casa.

Na Indonésia, em Bali, foram detidas centenas de estudantes timorenses quando estavam a festejar o Natal, no dia 26, segundo o representante da FRETILIN na Austrália.

Por outro lado, as autoridades de Jacarta receberam aparelhos militares dos Estados Unidos.

Na Austrália, durante a conferência conjunta para anunciar o acordo "Timor GAP", os ministros foram interrompidos pela contestação de manifestantes timorenses.

Sobre o acordo, dois especialistas australianos em direito internacional consideram-no inválido e afirmam que Portugal ganhará a causa nas instâncias internacionais. A rádio "ABC" emitiu também um programa sobre o acordo.

Por outro lado, o Ministro dos Negócios Estrangeiros australiano disse, na Bélgica, que os protestos portugueses não alteram a atitude da Austrália.

Em Portugal aconteceram, entre outros acontecimentos, várias formas de protesto contra o acordo "Timor GAP" manifestações a assinalar o 14° ano de ocupação indonésia, de que se destacam as seguintes:

- João de Deus Pinheiro, ao ter conhecimento da assinatura do acordo, afirmou que Portugal vai travar todas as batalhas legais para impedir que ele venha a consumar-se
- No dia 13, convocou o embaixador da Austrália, a quem apresentou formalmente uma nota de veemente protesto pela assinatura do

acordo e posteriormente pediu pareceres a juristas nacionais e estrangeiros sobre a validade e forma de contestação do referido acordo.

- Logo a seguir, o Governo português chamou o seu embaixador na Austrália, como forma de protesto.

- 19 organizações de solidariedade com Timor Leste entregaram ao Embaixador australiano em Lisboa uma declaração contra o acordo.

- Grupos de solidariedade com Timor Leste de todo o mundo apoiam, em comunicado, as posições de D.Ximenes Belo sobre o referendo e condenam a assinatura do acordo "Timor GAP".

- No dia 6, para assinalar os 14 anos da ocupação indonésia, a Assembleia da República aprova, por unanimidade, um voto denunciando a violação dos direitos humanos em Timor Leste, e Mário Soares inaugura uma exposição fotográfica sobre Timor Leste. O bispo de Setúbal apela para que a luta do povo de Timor não seja esquecida. E realizam-se manifestações de diversos Movimentos, bem como de organizações de estudantes que promovem um projecto de solidariedade social para auxiliar a população timorense residente em Portugal.

- No Congresso da Federação Internacional da Juventude Liberal e Radical, o Ministro da Juventude português pediu aos 35 países participantes que tomem posições sobre os massacres cometidos em Timor Leste.

Outros países e organismos internacionais são também palco de importantes acontecimentos sobre Timor Leste:

- No Japão, a "Coligação para um Timor Leste Livre" entregou na embaixada australiana, em Tóquio, um protesto sobre a assinatura do acordo "Timor GAP", apoia o protesto português junto do Tribunal de Haia e, mais tarde, realizou uma exposição fotográfica, em Quioto, sobre Timor Leste.

- Nos Estados Unidos, 114 congressistas exigiram a James Baker a realização de um inquérito para averiguar as prisões e torturas de timorenses antes, durante e após a visita papal.

Por outro lado, o Congresso e a diplomacia portuguesa anunciaram o empreendimento de uma vigorosa ofensiva diplomática para manter atenta e interessada a opinião pública americana na tragédia do povo maubere.

- No Parlamento Europeu, deputados portugueses pedem ao Conselho que adopte medidas urgentes para repor a legalidade em Timor Leste.

- Na ONU e na CSCE, a diplomacia portuguesa tenta delinear uma estratégia para uma política clara relativamente a Timor Leste.

- No XX Congresso da União Postal Internacional, Portugal conseguiu uma importante vitória, ao impedir que, na "classificação postal internacional", o território de Timor Leste fizesse parte da Indonésia.

– // **** // –

1990

Em 1990 acentuam-se tendências que se desenhavam já em 1989, para uma maior internacionalização da questão de Timor Leste, multiplicando-se a iniciativa de apoio um pouco por toda a parte ao mesmo tempo que crescem as condenações e as denúncias da Indonésia.

Se é certo que os esforços de Jacarta no plano diplomático das relações bilaterais e nas instâncias internacionais são cada vez menos compensadoras, também é certo que, apesar das derrotas na Sub-Comissão dos Direitos Humanos, no Comité dos 24 e na Assembleia Geral da ONU, os seus apoios-chave e, em particular a Administração Americana mantem-se imperturbáveis.

Fonte destes apoios, mas apreensivo quanto á unidade interna do país o Governo de Jacarta endurece as suas posições e acentua as acções militares e repressivas em Timor Leste, na esperança de dominar a Guerrilha e a resistência antes da visita parlamentar portuguesa. Ao mesmo tempo as negociações arrastam-se perante a complacência de Raffeudin Ahunde, mediador designado por Perez de Cuellar, face às dificuldades e adiamentos sucessivos que surgem pela via dos negociadores Indonésios.

Mas as formas de resistência mudam, fazendo-se assim prova daquela inteligência na "rebeldia controlada", que é a marca da Resistência Timorense. Perante o investimento extraordinário de Jacarta em meios militares, na criação de novas polícias, na preparação de terríveis acções intimidatórias as respostas diversificam-se.

É todo o povo que resiste inventando formas subtis de pressão psicológica sobre os ocupantes, e mobilizando principalmente os jovens numa nova espécie de "intifada".

O clima de violência é tal que o próprio Governador Mário Carrascalão preocupa-se e protesta. Desolado, constata a falência de uma política que antes havia julgado benéfica e revolta-se contra a discriminação económica e a repressão policial em Timor Leste.

Indonésia continua a viver entre dois males - matar Timor ou libertar Timor. Timor representa o fantasma do fim da unidade frágil desse enorme país disperso. Matar Timor já não é mais possível, porque o mundo começa a estar informado, e a informação é uma arma mortal contra a opressão e a violência. Mais lenta talvez, que as armas verdadeiras. Mas inevitavelmente eficaz.

- // **** // -

Janeiro a Abril

O ano de 1990 em Timor Leste começa ainda sob a emoção das usuais repressões de Natal. Prenda envenenada da Indonésia, a festa de 276 estudantes foi interrompida pela polícia, com violências e detenções, na senda de outras intervenções, não menos graves e pesadas de consequências, como seja a invasão da Residência Episcopal e a detenção dos 28 estudantes aí refugiados desde a visita do Papa. É a quebra da inviolabilidade das instalações religiosas, até então respeitada, pelo menos na aparência.

D. Ximenes Belo, designado Administrador Apostólico de Díli, pelo Vaticano em plena juventude, acaba por se encontrar impreparado para as terríveis contradições do seu cargo e torna-se "persona non grata" para as autoridades indonésias, não podendo conciliar a docilidade que lhe exigem com a sua concepção das funções pastorais que lhe foram atribuídas. Fala-se mesmo de pressões tendentes ao seu afastamento.

Mas não só. O próprio Governador, Mário Carrascalão, insurge-se contra a política indonésia e correm rumores sobre a sua substituição. O nome avançado com mais frequência é o de Francisco Osório, mais conhecido por "Kiko", membro da APODETI. Personalidade polémica e truculenta são-lhe atribuídos inúmeros actos de violência.

Desloca-se entretanto a Díli o Embaixador dos EUA em Jacarta. Instalado no Hotel de Turismo, encontra-se junto à entrada com uma centena de manifestantes com quem estabelece o diálogo. É então que se abate sobre eles a polícia indonésia e permite ao Embaixador apreciar "em directo e ao vivo" a eficácia e qualidade da sua repressão: vários feridos e fala-se de oito presos e três mortos. Nada que impeça a administração americana de continuar a apoiar o regime de Suharto.

Estes incidentes vão ter, aliás, repercussões importantes, sobretudo porque o Embaixador Johu Moujo - a quem, diz-se, foi entregue uma petição à ONU que jamais terá sido encaminhada - não foi a única testemunha: uma australiana que se encontrava no local atreveu-se mesmo a fotografar a acção decidida das autoridades indonésias, e a dar publicidade às suas fotos.

Mas a repressão nas cidades não põe fim à guerrilha: há acções armadas em Baucau e Bercoli, onde são assinaladas baixas indonésias e apreendido material sanitário. Em Baucau é abatido um helicóptero e morrem 12 oficiais indonésios.

Xanana Gusmão que, segundo o jornal clandestino "Neor Metin" saíra da FRETILIN para se tornar líder nacional, pede o seu reingresso, para cortar com as especulações que logo surgiram. No que se refere à visita de uma missão parlamentar portuguesa, Xanana Gusmão manifesta o seu acordo e admite mesmo poder encontrar-se com os Parlamentares; considera porém que é necessária a protecção da ONU e a disponibilidade de meios aéreos, permitindo proporcionar o encontro em condições de segurança.

É D. Ximenes Belo que critica Portugal, por relativa inércia. Declara, no entanto, numa entrevista, que espera que o Presidente Mário Soares interceda junto do Papa, pelo povo de Timor Leste.

A **Indonésia** recebe a visita de um **Comissário Europeu.** Abel Matutes vai a Jacarta discutir um projecto de electrificação rural e não fala a Suharto das posições assumidas pelo Parlamento Europeu, condenando a ocupação de Timor Leste, defendendo o direito dos timorenses à autodeterminação, e exigindo que seja posto termo à permanente violação dos direitos humanos por parte das autoridades indonésias.

Na **Comissão dos Direitos do Homem** da **ONU**, reunida em Genebra, também o Governo de Suharto enfrenta severas críticas.

O Governador de Timor Leste, Mário Carrascalão manifesta em Jacarta as suas dúvidas quanto ao encontro de Xanana Gusmão com Parlamentares portugueses, deixando pairar a hipótese de eventuais represálias e, por seu lado, Moerdani Ministro da Defesa, ameaça "aniquilar totalmente" a resistência, segundo o jornal australiano "Herald", que transcreve um discurso proferido em Díli, no mês de Fevereiro. Gravado e transportado clandestinamente para o exterior é traduzido e divulgado em Maio.

Estas declarações parecem traduzir alguma insegurança por parte da Indonésia, insegurança que assume, infelizmente, a forma de uma "fuga para a frente", que não deixará de ter consequências nefastas para o povo de Timor Leste.

Só o Embaixador australiano em Jacarta tem uma visão optimista da ocupação de Timor e faz insólitas declarações de apoio à Indonésia, que não recebem o aplauso geral da comunidade internacional.

Em **Portugal** torna-se evidente que a eventualidade de uma visita de Parlamentares a Timor Leste teve desde logo uma consequência positiva: a de fazer aparecer um interesse acrescido na opinião pública pela questão de Timor e a de mobilizar actividades de, praticamente, todos os órgãos de soberania.

É assim que logo na sua alocução de Ano Novo ao Corpo Diplomático o **Presidente da República** faz alusão à necessidade de que o problema seja encarado de frente por toda a Comunidade Internacional. É a ele que recorrem leigos, denunciando "forças pró-indonésias" nas altas esferas eclesiásticas.

O **Governo** manifesta-se sobretudo através do **Ministério dos Negócios Estrangeiros**. O Ministro João de Deus Pinheiro, contacta a diplomacia americana, pedindo esclarecimentos sobre os incidentes de Díli na presença do embaixador dos EUA em Jacarta e, sobre a visita parlamentar a Timor Leste, revela haver progressos nas negociações; de resto o Ministro não rejeita o "diálogo político" com a Indonésia, desde que haja "condições propícias". É também o MNE que obtem parecer de juristas internacionais sobre o acordo do Timor Gap, mas declara que Portugal só colocará a questão no Tribunal Internacional de Haia, após a sua ratificação parlamentar, na Austrália e na Indonésia.

O **Ministro da Juventude**, Couto dos Santos, manifesta igualmente a sua solidariedade com o povo de Timor Leste, mas é o **Ministro do Comércio** que tem tarefa mais difícil: de facto, vêm a lume críticas às relações comerciais entre Portugal e a Indonésia que, não só se mantêm, como têm singularmente crescido, salvo nos anos de 1983 e 1989. As trocas comerciais atingem em 1988 um valor de 2300% do de há 14 anos: o Ministro do Comércio afirma que o facto "não tem significado".

Na **Assembleia da República** a tendência é para uma muito maior intervenção sobre a questão de Timor. Logo no início do ano a Comissão Eventual aprova um "voto de denúncia e condenação" dos incidentes de Díli, que apresenta em Plenário: é aprovado por unanimidade. É ainda a Comissão Eventual que decide a produção de um vídeo sobre Timor, com recurso a imagens de arquivo da RTP, no sentido de "sensibilizar a opinião pública internacional", que estabelece um protocolo com a Fundação Oriente para acriação de "prémios Timor" a atribuir a teses universitárias e ensaios, e que debate a questão das emissões de onda curta para Timor Leste. Quanto à visita parlamentar, os Deputados não estão, porém, optimistas e duvidam da boa-fé dos indonésios.

As negociações, no entanto, prosseguem e parecem mesmo desbloqueadas com a solução do problema dos "vistos" sobre o qual a Indonésia acabou por ceder: a data prevista situa-se entre 2 e 14 de Agosto e nesse sentido o Presidente da Assembleia contacta com os Deputados para se proceder à escolha dos técnicos que tratarão das questões logísticas da visita. E é ainda na Assembleia que o Presidente e os líderes Parlamentares, durante a visita do Presidente da Jugoslávia, pedem o seu apoio para Timor Leste no Movimento dos Não Alinhados.

No quadro extra-oficial dois factos assumem particular relevância:

-O **Congresso da Associação Internacional de Jornalistas** aprova pela primeira vez uma moção condenando a Indonésia, pela repressão que exerce sobre os jornalistas em Timor e

- realizam-se no Porto, promovidas pela Universidade, as **"Segundas Jornadas de Timor Leste"**, com a presença de Parlamentares, Universitários, Jornalistas e outras personalidades entre as quais merece particular destaque o Bispo Anglicano de Nova Iorque, Paul Moore, que "pede o apoio dos EUA para o povo timorense".

Na **Imprensa**, a par de várias análises - sobre as divergências internas da Igreja relativamente a Timor Leste, sobre a evolução da política indonésia no "pós-Suharto", sobre a situação da guerrilha e da Resistência Timorense, ou sobre o longo silêncio de que a questão de

Timor foi vítima no discurso oficial português - surgem notícias as mais diversas: fala-se nos incidentes de Díli, referem-se opiniões de personalidades, há ecos de críticas à diplomacia portuguesa por parte de movimentos de apoio a Timor Leste, entrevistas, cartas abertas e pequenos acidentes de percurso, como o da controvérsia sobre as posições assumidas pelo enviado da Rádio Renascença que acompanhou a visita papal. Mas assumem especial relevância as que se referem ao Administrador Apostólico de Díli, D. Ximenes Belo: começa por circular a notícia de que se encontraria em "liberdade vigiada", logo seguida por uma entrevista em directo, dada à estação de Rádio TSF, em que o Bispo afirma que "seria extremamente perigoso para os indonésios tirar-lhe a vida". Afirmação que seria destituída de senso se se tratasse de uma mera hipótese académica e que fica no ar, sem se saber, ao fim e ao cabo, se vem do próprio Bispo: a voz ouvida não será indiscutivelmente a de D. Ximenes, segundo uns, será muito provavelmente a sua, segundo outros . O que é indiscutível é a recusa de Mons. Angeloni, Núncio Apostólico em Lisboa, de transportar para Roma 1025 cartas de apoio a D. Ximenes Belo, recolhidas pelo Movimento "A Paz é possível em Timor Leste".

Na **Austrália** o ano abre com a entrevista de Jemy Groves à cadeia de Rádio e Televisão ABC sobre os incidentes de Díli durante a visita do Embaixador dos EUA. Fotógrafa amadora, trouxe um sólido testemunho dos acontecimentos: o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Gareth Evans, declara "não estar interessado" no seu depoimento. O mesmo não acontece com a comunidade timorense que protesta junto do Governo australiano, o que cria um certo mal-estar. A imprensa australiana mantêm um silêncio alheado quanto à incómoda questão de Timor e pouco noticia a presença de Lorde Avebury, que vem estruturar o Grupo "Parlamentares por Timor Leste" e intervem numa "Sessão aberta" do Curso de Preparação diplomática da Universidade de Nova Gales do Sul, do qual é director executivo Ramos Horta.

É neste quadro que tem lugar a ratificação do acordo do Timor Gap no Parlamento australiano. Votam contra 40 Deputados, entre os quais 36 do Partido Trabalhista, que é o Partido do Governo e contando-se nestes 36 um Vice-Presidente do Parlamento, o Deputado Trabalhista Tony

Lamb. Este Deputado declara esperar que Portugal apresente queixa em Haia, e vêm a lume precisões sobre a exploração petrolífera, do Timor Gap fornecidas pela firma australiana Santos Ld.

O mal-estar cresce, ao mesmo tempo que se desenvolvem os apoios de sectores da sociedade australiana ao povo timorense:

-Anthony Bourke, director do "Grupo de apoio a Timor Leste e à Papua Ocidental" da "Comissão para um Pacífico Independente e Não Nuclear" promove um encontro em Sydney sobre o Timor Gap e, mais geralmente, sobre a questão de Timor.

- Por outro lado é criada a Fundação para Timor Leste que virá a publicar nos jornais australianos, sob a forma de anúncio pago, uma carta aberta ao Primeiro Ministro na qual lhe coloca a questão: "irá a Austrália beneficiar do holocausto de Timor Leste?"

- Por último, a divulgação de um livro publicado em fins de 1989 por Brian Toohey e William Pinwill, "A outra história do Serviço Secreto Australiano", que o Governo de Camberra tentara por todos os meios evitar que saísse, põe a nu as relações estreitas entre o ASIS australiano e a INTEL indonésia, revelando os termos do célebre "acordo de BAKIN".

A diplomacia australiana, como o ASIS, manifesta-se especialmente pró-indonésia e o Embaixador em Jacarta declara que "a Indonésia fez mais por Timor em 15 anos que Portugal em 400". O que, como é óbvio, arrasta protestos do Embaixador português em Camberra.

A comunidade internacional vai acordando para o drama do povo timorense, graças, muitas vezes aos esforços de representantes de Portugal.

É assim que nos **Estados Unidos** o Primeiro Ministro Português, Cavaco Silva, chama a atenção para a questão de Timor no decurso de uma visita oficial.

O Presidente da República, Mário Soares, em visita oficial ao **Vaticano**, coloca como questão principal a solução do problema de Timor. Esforços um e outro com pouco êxito: os Estados Unidos não infletem a sua política de apoio à Indonésia e de reconhecimento da anexação de Timor; o Papa, no seu discurso de resposta a Mário Soares, ignora deliberadamente Timor Leste.

Mas nem tudo são muros de silêncio e em França Jill Jolliffe divulga o seu livro "Timor, Terra Sangrenta" numa sessão pública.

E no Reino Unido há um encontro de dois dias dos "Grupos de Solidariedade com Timor Leste" da Europa, no qual é reafirmado o apoio a D. Ximenes Belo e defendido o direito à autodeterminação. Também Abílio Araújo faz uma conferência no CIIR, e é-lhe oferecida uma recepção na Embaixada portuguesa, onde estão presentes diversas personalidades britânicas, entre as quais Parlamentares do Grupo de Lorde Avebury.

Nas instâncias internacionais a questão de Timor continua a ser debatida.

Na ONU, para onde é designado um novo representante da Convergência Nacionalista Timorense, os acontecimentos mais marcantes são as negociações Portugal-Indonésia e a reunião da Comissão dos Direitos do Homem, em Genebra.

Ao longo destes meses teve lugar uma ronda de negociações sobre a visita de Parlamentares portugueses a Timor Leste que estabeleceu, em princípio, a primeira quinzena de Setembro para a efectivação da visita. Ficaram em aberto muitos pontos sobre os quais a última reunião foi inconclusiva, prevendo-se "novo encontro em data a marcar".

Quanto à **Comissão dos Direitos do Homem**, foram marcantes as trocas de argumentos entre as delegações portuguesa e indonésia, sendo as respostas indonésias sobre as violências praticadas em Timor, particularmente evasivas. Facto importante foi a tomada de posição favorável a Timor, por parte da Comunidade Europeia, sendo mesmo sugerida a deslocação de uma missão de observadores da Comunidade àquele território.

No Parlamento Europeu são questionados os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze sobre a repressão indonésia em Timor Leste e as medidas a tomar, face a esta evidência por parte da Comunidade, principalmente, no quadro da cooperação económica.

Mas é sobretudo no quadro no quadro da **Comissão Paritária CEE-ASEAN** que reúne na Nova Guiné, em Port Moresby que a questão é tratada com mais vigor. Com efeito, são presentes dois projectos de resolução: um da Deputado holandesa Maartje Van Putten sobre os casos de pessoas desaparecidas e outro de Maria Belo, portuguesa, condenando a Austrália e a Indonésia quanto ao acordo do Timor Gap. Pressões da Indonésia sobre o Governo da Nova Guiné levam Maria Belo a pedir o adiamento da votação do seu projecto para a reunião de Roma em Dezembro. Na mesma Comissão, Torres Couto intervém defendendo o direito à autodeterminação do povo de Timor Leste.

Também tem lugar uma Conferência CEE-ASEAN, dos Ministros dos Negócios Estrangeiros mas aí, ao contrário, a questão de Timor é omitida.

Finalmente, a União Interparlamentar reúne em Chipre, durante o mês de Abril. O Deputado português Almeida Santos, socialista, intervem sobre a questão de Timor Leste.

Maio a Julho

Em Timor Leste o discurso do Ministro indonésio Moerdani sobre a "aniquilação da guerrilha", marcou o início de uma violenta e generalizada ofensiva indonésia no plano policial e no militar.

As forças estacionadas em Timor Leste foram reforçadas em mais de 7000 homens, com o objectivo de aniquilar a guerrilha e capturar Xanana Gusmão.

Tanto o relatório da ONG "Asia Watch" como representantes da FRETILIN em Darwin referem um agravamento da situação, estanto envolvidos 40 mil soldados e 60 mil milicianos, muitos dos quais resultantes de "recrutamentos forçados" e comandados pelo próprio genro de Suharto.

A Guerrilha riposta com emboscadas e ataques de surpresa, nomeadamente na fronteira com Timor Ocidental, sendo de assinalar 8 mortes e um número indeterminado de feridos, do batalhão 408 das forças indonésias.

Desde o mês de Março são assinalados massacres, sobretudo os das aldeias de Lour e Olda, tendo esta sido incendiada.

Paralelamente, desenvolve-se um ataque contra o clero timorense e, em particular, contra os sacerdotes portugueses, que os serviços de contra-informação tentam desacreditar numa carta pastoral atribuída a D. Ximenes Belo, escrita em indonésio e de carácter conciliatório. É prontamente divulgada pelo observatore Romano, enquanto que são postas a circular notícias contraditórias sobre a sua "aproximação" aos indonésios. Isto na sequência dos recursos sobre a sua "liberdade vigiada" e, sobretudo, após a instalação na residência espiscopal de um "Secretário particular" indonésio, o padre Marcus Wanandi, irmão do responsável pelo "Serviço de Estrangeiros" em Timor Leste, Yusuf Wauandi.

Enquanto aos padres portugueses é negado visto de entrada, padres indonésios ao serviço da INTEL desenvolvem estas acções de contra-informação, tendo como objectivo principal a neutralização dos professores e do Director do Colégio de São José com a conivência dos holandeses.

A par destas acções desenvolve-se o temor contra a população civil, com a presença de "esquadrões da morte" e um crescendo da actividade da INTEL, que elabora listas de nomes de resistentes timorenses "a eliminar" à mínima tentativa de revolta popular, como "chefes de resistência passiva".

Nada disto impede a resistência, que assume agora mais o aspecto de acções de manifestação urbana, como os confrontos com a polícia de jovens dos bairros de Becora e Camea, entoando o "Foho Ramelau" e empunhando bandeiras da FRETILIN. A repressão é violenta e há muitos feridos e detidos, alguns dos quais libertados mais tarde devido à acção da Cruz Vermelha.

Tudo começa a assumir proporções tão assustadoras que o próprio Ministro holandês da Cooperação, Jan Prolek, manifesta a intenção de suspender os fundos de apoio à Indonésia se não terminarem as violações dos direitos humanos.

Só os Estados Unidos se mantêm imperturbáveis perante estes excessos e os aviões militares dos EUA já se vão instalando, segundo notícias divulgadas em Sidney, no aeroporto de Baucau, para o caso de um provável cancelamento das suas bases nas Filipinas.

Na Indonésia o esforço militar aumenta, de acordo com o anúncio ameaçador de Moerdani em Díli, no seu discurso de 3 de Fevereiro. Não só a forma violenta e prenunciadora de retaliações sobre os timorenses - e sobre o próprio Governador Mário Carrascalão que se vê visado como pretenso "herói de última hora", ao encontrar-se entre a assistência -, mas também o fundo, são preocupantes no discurso indonésio: o objectivo claramente definido é o de extermínio total da resistência timorense, traduzido num "esmagá-los a todos" ao falar da guerrilha.

As contradições, no entanto, começam a revelar-se no interior da própria Indonésia e é assim que o Banco Central e o Governo Regional de Timor Leste pedem à Universidade Gajah Madja, de Jogyaparta, um estudo sobre o território: relatório de 130 páginas, reconhece que Timor Leste "continua a viver sob um clima de guerra, traumas permanentes e profundas divisões sociais", criticando sem ambiguidades a migração forçada de outras regiões da Indonésia, que considera serem causa de sérias perturbações no desenvolvimento e no clima social.

Em Julho, um relatório da Amnistia Internacional faz o balanço de 1988: mais de 20 execuções sem julgamento, para cima de 200 detidos que sofrem violações e torturas, muitos deles sendo, depois, dados como desaparecidos. O que não é de estranhar quando o próprio Presidente Suharto na sua autobiografia admite cerca de 5 mil "mortes misteriosas" durante a "campanha anti-crime" de 1983-1986, as quais não são outra coisa do que execuções sumárias, sancionadas oficialmente.

No plano diplomático a actividade da Indonésia é intensa, tanto quanto os ataques a Portugal. Ali Alatas visita a China, onde acusa os portugueses de terem abandonado Timor "de forma sangrenta".

Em Portugal a actualidade continua a ser dominada pelas negociações sobre a visita parlamentar a Timor Leste. Na **Assembleia da República** a Comissão Eventual recebe o Bispo anglicano de Nova Iorque, Paul Moore, que se deslocou a Timor e participa nas II Jornadas para Timor Leste da Universidade do Porto.

A realização destas Jornadas merece, aliás, um voto daquela Comissão Parlamentar cujo Presidente, António de Sousa Lara, afirma, referindo-se às negociações com a Indonésia, que "já cedemos o que devíamos ter cedido". Paul Moore relata perante a Comissão as suas impressões sobre a viagem a Díli, que lhe faz lembrar, no que se refere à ocupação militar, "Saigão dos anos 70". O Governo reúne com os Deputados para dar conta do andamento das negociações com a Indonésia, as quais se arrastam, acarretando para a diplomacia portuguesa algumas críticas na imprensa. O Governo, na sua reunião com a Assembleia da República, informa sobre as dificuldades colocadas pela Indonésia e, em particular, sobre a recusa quanto ao encontro dos Parlamentares portugueses com a guerrilha. Tudo bem pesado, parece óbvio que a visita não poderá já fazer-se no decurso do mês de Setembro.

Também quanto a outras iniciativas a Timor Leste, nomeadamente a de emissões de onda curta para aquele território, o Governo mostra-se indeciso nas suas reuniões com a Comissão Eventual da AR, apresentando sobre a questão um parecer inconclusivo.

A Comissão vai prosseguindo os seus trabalhos e designa os Peticionários que irão à Comissão de Descolonização da ONU - Manuela Aguiar (PSD), Vidigal Amaro (PCP) e Adriano Moreira (CDS).

O **Presidente da República** desenvolve também esforços no sentido de obter maior apoio internacional e de criar organismos nacionais tendentes a centralizar as actividades relativas a Timor Leste: solicita ao Presidente Cipriota, durante a sua visita oficial a Portugal, acções a favor do povo timorense, propõe-se criar um Alto Comissariado para Timor, na sequência de propostas apresentadas por Alberto Amaral e Barbedo de Magalhães nas II Jornadas do Porto e participa em diversas actividades de apoio ao povo timorense durante a "Presidência Aberta" de Coimbra. Os movimentos de apoio, de resto, preconizam uma maior intervenção do Presidente Soares.

O **Governo** é acusado de passividade quanto à questão de Timor Leste, em particular no caso do Timor Gap. No, entanto propõe-se entregar uma queixa contra a Austrália no Tribunal de Haia e Cavaco Silva, respondendo a uma jornalista indonésia, que veio a Portugal frequentar um curso internacional de jornalismo, afirma secamente que Portugal se move "por princípios e pelo respeito dos direitos humanos". Mas não é só pelo lado indonésio que o Governo é interpelado. Com objectivos manifestamente opostos aos da jornalista indonésia, o Eurodeputado Socialista João Cravinho, Vice-Presidente, escreve ao Primeiro Ministro interrogando-o sobre as iniciativas do Governo em favor de Timor Leste, e expõe a actividade desenvolvida pelo seu grupo político no Parlamento Europeu.

É o **Presidente do Governo Regional da Madeira** que deixa uma nota de ambiguidade quanto à questão de Timor. Oferece um jantar ao Embaixador da Austrália, em férias no Funchal e fala de uma "solução de honra" para o problema, sem precisar qual.

Para além do quadro institucional, actividades e notícias multiplicam-se. Terminam as **II Jornadas de Timor Leste na Universidade do Porto**, onde são expressas opiniões e feitas propostas importantes:

- Ramos Horta considera indispensável a criação de "lobbies" de apoio junto do Congresso dos EUA, enquanto que Lemos Pires propõe a criação de uma "Fundação Luso-Timorense". Um membro da "Resistência Indonésia" descreve as tensões regionais no seu país, mantidas no silêncio devido às perseguições da INTEL e o Vaticano é acusado de, face às questões de Timor, estar "cego" pelos interesses indonésios. Generalizadas são as críticas à diplomacia portuguesa.

Têm também lugar os **Colóquios de Braga**, organizados pela Faculdade de Teologia e pela revista Cenáculo, e subordinados ao tema "Ao encontro de Timor", durante os quais Adriano Moreira analisa o papel da Igreja em Timor Leste.

A **Resistência Timorense** manifesta-se. Abílio Araújo, da FRETILIN considera fundamental a visita de parlamentares portugueses a Timor Leste e dá a conhecer algumas cartas de Díli que denunciam graves violações aos direitos humanos. Chegam também notícias sobre a intensificação da guerrilha e sobre o programa de "reunificação das famílias timorenses", patrocinado pela Cruz Vermelha, a FRETILIN afirma que os indonésios já não estão interessados na visita parlamentar portuguesa", porque, no fundo não passava de uma "armadilha que não se sentiu efeito". A condenação internacional da Indonésia leva, aliás, a uma intensificação da acção militar o que cria dificuldades em "abrir" o território, ainda que de forma controlada, já que a intensificação da acção militar indonésia tem como contrapartida a intensificação da guerrilha.

Os **Movimentos de Apoio a Timor Leste** continuam activos. O Duque de Bragança e a revista Cenáculo recolhem donativos para os refugiados e recebem também o apoio de várias autarquias aos seus planos de realojamento. O Movimento Cristão para a Paz organiza em Coimbra uma exposição fotográfica e leva a efeito várias actividades de "denúncia de genocídio" do povo de Timor durante a "Presidência Aberta". Todos dirigem críticas à diplomacia portuguesa muito especialmente ao caso das relações comerciais Portugal-Indonésia.

Relações comerciais que são particularmente postas em evidência quando um **navio Indonésio** acosta ao cais de Xabregas para carregar 3 mil toneladas de adubo da Quimigal. Tudo dentro da lei: o adubo foi vendido à firma alemã Hoeat e "não é possível, dentro das normas comunitárias, boicotar o carregamento de navios a países terceiros". Não é, aliás, um facto inédito: acontece pela quarta vez.

Na **imprensa**, surgem análises sobre a situação em Timor Leste, nomeadamente a de Luisa Teotónio Pereira, e algumas notícias interessantes, de que se destacam as seguintes:

– a Juventude Socialista manifesta-se junto da Embaixada da Austrália contra o acordo Timor Gap,

– o candidato da UDP às eleições presidenciais recebe a Convergência Timorense,

– familiares de Mário Carrascalão vêm a Portugal, com vistos obtidos na Embaixada Holandesa em Jacarta,

– um diplomata americano confessa a sua colaboração com os indonésios para "eliminar comunistas", numa acção que originou 250 mil mortos, e

– confirma-se que foi entregue ao Embaixador americano em Jacarta, pelos manifestantes de Díli, uma petição à ONU, nunca encaminhada.

São referidas também, algumas críticas às declarações de Ali Alatas, na China.

Na **Austrália** alargam-se os apoios a Timor Leste. Em Camberra, um grupo de intelectuais apresenta formalmente a Fundação Timor Leste. Esta Fundação tornou público na imprensa uma carta aberta ao Primeiro Ministro, subscrita por duzentas personalidades, enquanto a UDT e a FRETILIN comemoram conjuntamente, pela primeira vez, o seu aniversário.

Em Sydney são lançados o SIR (Secretariado Internacional da Resistência) dirigido por Ramos Horta com personalidades estrangeiras e a ETNA (East Timor News Agency). Ao mesmo tempo são julgados alguns jovens manifestantes timorenses, acusados de ter querido "invadir o Consulado [da Indonésia] e resistir às autoridades". Acusação falsa porque os manifestantes esperavam ser recebidos, segundo informação de um porta-voz do Consulado. Com multas de 12 a 60 contos, os jovens foram de imediati ajudados por um movimento de solidariedade, que recolheu fundos para o seo pagamento.

Tem lugar a Conferência Anual do Labour Party e, pela primeira vez desde 1985 um Orgão do Partido do Governo fala de Timor Leste aprovando unanimamente o apoio a visita de parlamentares portugueses ao território. É no mesmo quadro que o poderoso Sindicato da construção civil manifesta o seu apoio ao povo timorense num jantar oferecido a Ramos Horta.

Em Camberra, os meios empresariais manifestam alguma indecisão sobre a exploração petrolífera de Timor Gap, temendo eventuais mudanças de posição de Camberra, como resultado da queixa portuguesa no Tribunal Internacional de Haia.

Os meios políticos são logo abalados por dois factos: as revelações de Carmel Budiardjo, da TAPOL, sobre os massacres em Timor Leste, e os protestos que apresentou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, confirmados pelo relatório do Embaixador Australiano em Jacarta sobre o endurecimento dos militares quanto à visita de parlamentares portugueses (que só acintam dentro de 2 ou 3 anos), e a publicação de "The Camerou Diaries" por um ex-membro do Gabinete do Primeiro Ministro Gangh Whitlam (72-75), que põe a claro as suas responsabilidades na invasão de Timor Leste pelos indonésios.

Nos meios militares, começam a manifestar-se alguma apreensão com o crescendo da força militar indonésia que poderá tornar-se uma "ameaça potencial", sobretudo se se tiver em conta o enfraquecimento da ANZUZ, com a retirada da Nova-Zelândia, devido à recusa de declarações de carga nuclear dos navios por parte dos EUA e a eventualidade de transferência das bases militares americanas das Filipinas para a Indonésia.

A Darwin chega Emília Gusmão no quadro do programa de "reunificação das famílias", que faz declarações sobre o isolamento imposto a Timor.

Ramos Horta critica a visita de Li Peng a Jacarta.

Nos Estados Unidos desenha-se um movimento de opinião tendente à crítica da Administração quanto à política americana para a Indonésia e Timor Leste. É o caso de organizações independentes como o Lawyers Committee e o do Senador Caliborne Pell, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Pell pede ao Secretário de Estado James Baker que o informe sobre as "iniciativas da Administração" para investigar as violações dos direitos humanos em Timor Leste com as quais se mostra "consternado" e pede ainda que os EUA "expresse a sua preocupação no quadro da ASEAN. Mas a administração americana não é sensível à consternação do Senado e, se um porta-voz assegura que a carta de Pell terá resposta, Donald Camp, do East Asia Buveau do Departamento de Estado, sossega, em entrevista, os seus aliados indonésios. Bush apoia integralmente a "incorporação" de Timor Leste na Indonésia.

É, curiosamente, um perito americano, John A. Mac Dougale, director das Indonésia Publications que elabora um relatório sobre o discurso de Moerdani, a pedido da Comissão para os Direitos do Povo Maubere. Mac Dougale pronuncia-se pela autenticidade da gravação.

No Japão, país estrategicamente importante na questão de Timor, a "Aliança Japonesa para Timor Leste Livre" entrega a Ali Alatas, durante a sua visita a Tóquio, uma carta-apelo pedindo a autodeterminação do povo timorense.

Em Marrocos, o Presidente português, Mário Soares, de visita ao país, levantou a questão de Timor, mas a televisão marroquina não traduziu essa parte do discurso.

É porém no Reino Unido que a questão de Timor Gap produz uma maior reacção: um grupo de juristas da Universidade de Cambridge estuda o acordo entre a Austrália e a Indonésia, considerando-o "nulo" à luz do Direito Internacional. A própria opinião pública mobiliza-se e há uma manifestação contra o acordo em frente da Embaixada da Austrália.

No que se refere às Organizações Internacionais a ONU assume um papel preponderante devido ao papel que desempenha nas negociações entre Portugal e a Indonésia.

Ao longo deste período o ritmo das negociações é lenta. A 20 de Maio há um encontro entre as duas delegações apresentando Portugal os itens que considera necessário respeitar para a efectivação da visita. A delegação portuguesa declara que a não consideração dos itens por parte da Indonésia será considerada "falta de interesse".

A 16 de Junho, nova ronda de negociações. O MNE português rejeita um "acordo a qualquer preço" e, dado que a missão parlamentar não aceita parar em Jacarta, há dificuldades negociais. Outras dificuldades surgem e agora por parte da Indonésia: Jacarta deseja impedir o contacto dos Parlamentares portugueses com a população de Timor Leste. As negociações são, de resto, interrompidas por ter sido detectado um gravador na manga de um dos negociadores indonésios.

Em fins de Julho as negociações retomam e admite-se como possível a marcação da visita para Setembro. Novas dificuldades surgem e a deslocação da missão não parece ser possível em 1990.

Uma nova ronda é prevista para Setembro.

Outro facto marcante são as eleições para a Comissão dos Direitos do Homem. Portugal recandidata-se mas também a Indonésia e a Austrália apresentam as suas candidaturas. Reeleição de Portugal e eleição da Indonésia.

Na OIT há também eleições. A diplomacia portuguesa não as considera importantes e apenas Torres Couto é eleito Administrador suplente. A Indonésia elege um Administrador efectivo e um membro suplente do Conselho de Administração.

Na Comunidade Europeia a Cimeira de Dublin termina sem que a questão de Timor tenha sido aflorada, apesar dos esforços de Portugal. O que não admira dado que, para além dos Estados Unidos e da Suécia, cinco Estados Membros da Comunidade são fornecedores de armas à Indonésia: a Bélgica, a Alemanha, o Reino Unido, a França e a Itália.

No Conselho da Europa o Deputado Português Carlos Candal apresenta um projecto de resolução defendendo a autodeterminação do povo de Timor Leste, que vem a ser subscrito por outras delegações.

Na reunião da Comissão Permanente, em Julho, o Deputado holandês Pieter Soffelen consegue que o projecto não seja discutido, apresentando um outro que "atribuía prioridade a acontecimentos europeus". O projecto de Carlos Candal fica assim em suspenso até à próxima Comissão Permanente.

Finalmente, a Internacional Socialista, reunida no Cairo, em Maio, aprova uma proposta de resolução apresentada pelo Partido Socialista português em que é defendida a autodeterminação de Timor Leste e condenada a ocupação indonésia.

Agosto – Setembro

A situação em Timor Leste evolui para formas mais acentuadas de resistência urbana, que assumem aspectos pacíficos, como é o caso da acção de crianças, a partir dos 6 anos, que se dirigem em lugares públicos aos indonésios perguntando-lhes delicadamente quando voltam para casa, mas podem tornar-se violentas dado o clima de hostilidade existente. Não é raro, de facto, que sejam danificados carros (e até blindados) indonésios e rasgados pneus, nem que se multipliquem pequenas manifestações. Estas manifestações são sempre ferozmente reprimidas e há notícias de resistentes espancados, fuzilados (Cândido Amaral, em Laberek-Martim) e presos (Aleixo Gama, 21 anos, Vicente Amaral, 19, e outros não identificados). Durante as acções de repressão policial destas manifestações de jovens é denunciada a morte (à facada ou à baioneta) de um jornalista americano, prontamente desmentida pelo Departamento de Estado. Não sem que os meios diplomáticos em Nova Iorque se tenham apercebido de que "algo de grave" se terá passado.

As formas de repressão diversificam-se: a UDT denuncia a criação de "grupos especiais" destinados a "hostilizar a delegação parlamentar portuguesa" e José Guterres, da FRETILIN, avança mesmo que o seu Partido treinou grupos de resistência capazes de responder com violência aos "esquadrões de intimidação" e de proteger os deputados portugueses. O Governador Mário Carrascalão "ignora" estes grupos especiais, mas é ele e D. Ximenes Belo que impedem a violência indonésia contra manifestantes que reclamavam a independência, numa celebração eucarística campal quando, a 4 de Agosto, se celebravam os 50 anos da Diocese.

D. Ximenes é também figura controversa. Enquanto 16 dos 19 padres timorenses da Diocese de Díli se queixam ao Papa da sua aproximação aos indonésios, João Paulo II convoca-o ao Vaticano, mas as razões da convocação ficarão por conhecer, como por conhecer ficarão as conclusões da reunião que os líderes da resistência timorense terão em Setembro com a sagrada congregação Propaganda Fisei no Vaticano, para manifestarem o seu apoio a D. Ximenes Belo e solicitarem uma política mais firme de defesa de um referendo em Timor Leste.

Na **Indonésia**, Suharto fala ao Parlamento na Comemoração do 45° ano da independência. Defendendo um maior empenhamento na procuração dos direitos humanos, mantém absoluto silêncio sobre a questão de Timor Leste.

Não terá sido totalmente inútil a prudente advertência de João Paulo II, durante a sua visita pastoral, ao prevenir a Indonésia contra as "tentações de desprezar os direitos humanos numa desorientada busca de unidade política que, baseada apenas no poder militar, facilmente pode ser dissolvida".

Mas é justamente essa "unidade política" que está no âmago das preocupações indonésias. Não é por acaso que o Ministro da Defesa, Moerdani, afirma que "antes de Timor Leste outros povos quiseram criar os seus Estados próprios; a Indonésia nunca o consentiu nem consentirá, [porque] a anexação de Timor Leste constitui uma garantia contra o desmembramento da unidade indonésia".

As contradições da política indonésia para Timor Leste, revelam-se a cada passo. Ao mesmo tempo que a "Garuda Indonésia Holidays" distribui planfletos de turismo sobre Timor Leste em toda a Europa - Portugal exceptuado - as fronteiras do território permanecem fechadas. Os projectos que se revelam inexequíveis, porque repressão e abertura carecem, obviamente, de compatibilidade.

Em Portugal, na **Assembleia da República** o líder parlamentar do Partido Socialista exige explicações ao Governo sobre as importações de petróleo da Indonésia, são 4 milhões de contos.

A Comissão Eventual para Timor Leste prossegue a sua actividade, ao mesmo tempo que continuam as negociações com a Indonésia sobre a visita parlamentar. São designados os peticionários da A.R. que irão ao Comité dos 24, cujas intervenções se basearão sobretudo nos relatórios da Amnistia Internacional e do Departamento de Estado norte-americano, focando expressamente a questão das violações dos direitos humanos. O Deputado Raul de Brito volta a propor uma Conferência Internacional sobre a Questão de Timor e é recebido Michael Wagner, presidente da Fundação Timor Leste, na Austrália.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros réune com os Líderes Parlamentares, no sentido de recolher opiniões para a ronda de negociações com a Indonésia, que terá lugar de 7 a 11 de Agosto. A oposição considera que é necessário um certo endurecimento nas negociações e pede esclarecimentos sobre as declarações, claramente pró-indonésias, do mediador das negociações e representante de pessoal de Perez de Cuellar, Raffeudin Ahmed.

Michael Wagner é também recebido pela **Presidência da República**, por elementos do MNE e pela comunidade timorense e FRETILIN.

A tese defendida pelo **Governo** português é a de que a invasão de Timor Leste corresponde a uma situação idêntica à da invasão do Kuwait, condenada amplamente pela comunidade internacional e pela ONU. O Primeiro Ministro, Cavaco Silva, apresenta-a durante a sua visita ao Japão e no seu discurso perante a Assembleia Geral da ONU. O Ministro João de Deus Pinheiro adapta-a também e critica os panfletos turísticos indonésios sobre Timor Leste, que considera uma "ilegalidade".

No seio da **Resistência Timorense** algumas dificuldades, em particular na UDT: João Carrascalão, presente na delegação que se deslocou a Genebra depôr na Sub-Comissão dos Direitos do Homem, vem a Portugal contactar com o Governo e com estruturas do seu Partido. Abílio Araújo e Ramos Horta, da FRETILIN, reunem em Lisboa.

Mas todos estão de acordo sobre a necessidade de uma maior afirmação da diplomacia portuguesa e da criação de "lobbies" pró–Timor na ONU, que actuem junto do Comité dos 24 e da Sub–Comissão, em Genebra.

Na **imprensa** há várias referências ao relatório da Universidade de Jogyajarta e uma análise que refere a "situação insustentável" da Indonésia, tanto no quadro do Direito Internacional como no do relacionamento com os outros povos e países. A Indonésia merece, aliás, as mais variadas críticas, pela sua ausência no Comité dos 24 e pela insólita promoção do turismo em Timor Leste. Só a Austrália se mostra indefectível: segundo as notícias, o seu Embaixador em Lisboa terá declarado que a verdadeira ajuda a Timor Leste na "colaboração com a Indonésia para o desenvolvimento do território, para o que o seu país já terá estabelecido um largo programa de auxílio económico".

No que se refere à visita parlamentar as críticas à diplomacia portuguesa pela sua tibieza nas negociações são o tom geral na imprensa.

Quanto à **Austrália**, para além das acções contraditórias, em Lisboa, de Michael Wagner e do Embaixador australiano, continuam a afirmar–se os apoios ao povo timorense e às posições portuguesas. Um grupo de Senadores, baseando–se na opinião expressa por juristas de Cambridge, defende que Portugal deverá apresentar queixa em Haia contra o acordo do Timor Gap, e, em Sydney, um Seminário organizado por personalidades australianas reúne a Resistência Timorense, a Oposição indonésia e o Movimento de Libertação da Papua–Nova Guiné.

A **resistência timorense** desenvolve, ela própria, considerável actividade: Ramos Horta considera que as dificuldades colocadas pela Indonésia à visita parlamentar portuguesa decorrem da posição dos militares (já referida no relatório do Embaixador australiano em Jacarta), de que a situação no território é tal modo explosiva que poderão ser desencadeadas graves perturbações sociais pela presenca dos Deputados portugueses, sendo necessários 2 ou 3 anos para uma "pacificação" do território. Entretanto, Emília Gusmão, chegada à Austrália graças ao apoio da Cruz Vermelha após dois anos de espera, apela às autoridades portuguesas para que actuem mais firmemente em favor da autodeterminação do povo timorense e para que interponham queixa contra o acordo do Timor Gap no Tribunal de Haia.

Nos Estados Unidos, que mantêm as suas posições pró–indonésias, o Departamento de Estado nega, depressa demais, qualquer problema ligado com um jornalista americano, cujo assassinato pelos indonésios tinha sido denunciado pela FRETILIN. Por outro lado, são tornadas públicas algumas opiniões incómodas para Portugal e para Timor Leste: Sydney Jons, da organização Asia Watch, considera que a assinatura do acordo de paz no Cambodja em Jacarta favorece a Indonésia e um padre luso–americano, Vítor Vieira, que se deslocou a Timor admite a possibilidade de que haja em Timor Leste, onde a situação é de grande tensão sob uma calma aparente, interesses comuns de Portugal, da Indonésia e da Austrália.

No Japão, o Primeiro Ministro português, em visita oficial, defende junto ao seu homólogo, Toshiki Kaifu, a tese portuguesa segundo a qual a invasão do Kuwait e a de Timor Leste são factos idênticos em direito internacional, tem considerável eco na imprensa japonesa.

No seguimento destes factos,, a "Coligação Japonesa para Timor Leste Livre", elogiando embora as teses portuguesas sobre a invasão de Timor–Leste, pede medidas concretas, para a solução do problema. Este período é de grande actividade na ONU, sobre as questões de Timor Leste.

No que se refere às Negociações sobre a visita parlamentar, cuja última ronda de negociações não tinha permitido grandes progressos, são de certo modo explosivas as afirmações do mediador e representante pessoal de Perez de Cuellar, Raffeudin Ahmed. Segundo este personagem, em cujo gabinete se pode vêr um mapa onde Timor Leste aparece como parte integrante da Indonésia, "a tendência, na Ásia, é para a reunificação dos territórios coloniais, [sendo] a questão de Timor Leste em tudo idêntica à de Macau", e "a visita de Parlamentares portugueses" terá o mérito de "pôr fim à questão". No entanto, e apesar de tudo, a última ronda de de negociações parece ter conduzido a um acordo de princípio entre as partes para a realização da visita, perspectivando–se desde já a ida de uma missão exploratória, encabeçada pela ONU e constituída por elementos indicados por Portugal e pela Indonésia.

No **Comité dos 24** os peticionários portugueses, que se queixam de não ter informações sobre as negociações, defendem, juntamente com um elemento da delegação de Cabo Verde, representando os PALOPs, defendem Timor Leste afirmando a necessidade de que seja mantido na lista dos territórios não autónomos. Os deputados portugueses, e, em particular, António Maria Pereira, defendem a tese da identidade de situações do Kuwait e de Timor Leste.

Os representantes indonésios recusam-se a estar presentes por discordarem da inclusão da discussão sobre Timor e enviam uma carta de protesto. A oposição indonésia, pelo contrário, marca a sua posição através da intervenção de Jasirul Juraid, que denuncia os crimes de Suharto e considera que a questão de Timor Leste é "uma vergonha para o povo indonésio". Por seu lado a irmã Mary Beta Reisen, da Pax Christi Internacional, critica duramente o relatório do Departamento de Estado norte-americano, pelo facto de aí se admitir que "a Igreja Católica opera livremente em Timor Leste". Mary Beth Reisen contrapõe factos - a negação de vistos de entrada a sacerdotes, a proibição de organizações católicas, os interrogatórios de padres timorenses - e pede a realização de um referendo em Timor Leste.

Na **Sub-Comissão para a Protecção das Minorias e contra a Discriminação**, em Genebra, também a Indonésia, sofre uma pesada derrota. Após uma dura intervenção do Embaixador Costa Lobo, que denuncia as violações dos direitos humanos e a multiplicação de detenções arbitrárias e execuções em Timor Leste, é aprovada, em 30 de Agosto, uma resolução em que se condenam as violações de direitos humanos, a falta de acesso ao território e a ausência de organizações humanitárias determinadas pela política indonésia, e se exorta Perez de Cuellar a encontrar uma solução aceitável para a questão de Timor. A resolução teve 12 votos favoráveis, 9 contra e 3 abstenções.

A 18 de Agosto abre a **Assembleia Geral** com Timor Leste na agenda e grande expectativa quanto à posição que será assumida pela presidência italiana dos Doze.

Cavaco Silva intervem, em sentido idêntico ao da sua intervenção no Japão e acrescentando críticas à Indonésia pelo não cumprimento das Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU.

Quanto aos Doze, a sua posição conjunta sobre Timor Leste é mais firme sob a presidência italiana, e Gianni de Michellis exige "o respeito pelos legítimos interesses do povo timorense".

A **Comunidade Europeia**, assumindo embora, como se viu, uma posição mais firme sobre Timor Leste com a presidência italiana, luta com algumas contradições internas em relação a esta questão. De facto, certos Estados Mauberes, não consideram Timor Leste ao mesmo nível que outros acontecimentos internacionais, nomeadamente o Reino Unido, a Holanda e a França.

É, sobretudo, no **Parlamento Europeu** e, em particular, na **Assembleia Paritária ACP-CEE**, que se revela maior sensibilidade para a questão de Timor. No Luxemburgo será aprovada a resolução que transitou da Assembleia anterior, na Papua-Nova Guiné e que aí não foi discutida por pressões indonésias sobre o governo daquele país, o qual tem o apoio de socialistas e ecologistas holandeses e de muitos países ACP, nomeadamente os PALOP's. Na Assembleia do Luxemburgo estará presente a Convergência Nacionalista Timorense, e, neste órgão Parlamentar da Convenção de Lomé IV, estuda-se no plano jurídico a hipótese de uma eventual futura adesão de Timor Leste à Convenção. Os Deputados portugueses - Maria Belo e Torres Couto (PS), Mendes Bota (PSD), Barros Moura (PCP) e Lucas Pires (CDS) - tentam ainda introduzir uma emenda com a tese da identidade de situações entre Timor Leste e o Kuwait, mas é rejeitado pelos Deputados holandeses.

Na reunião da **Comissão Parlamentar** do **Conselho da Europa**, em Varsóvia, estão presentes os Deputados portugueses Soares Costa e Carlos Candal. Discute-se a proposta de resolução que tinha sido apresentada por este último e afastada da discussão por iniciativa do Deputado holandês Pieter Soffelen: a Comissão considera-a pertinente e envia-a à mesa para tramitação. Mais uma pequena batalha ganha contra a influência da forte Indonésia.

Outubro a Dezembro

Neste final de 1990 acentuam-se em Timor Leste as características da resistência urbana e o crescendo da repressão indonésia. Na sequência das manifestações de estudantes é instituído o recolher obrigatório e há ataques sucessivos a escolas secundárias, sob o pretexto de que aí "circulam textos subversivos". A escola de Fatuhada é invadida por 35 homens armados, secundados por duas companhias (300 soldados). Num fatídico dia 15, há notícia de 4 estudantes mortos por espancamento, de um outro (Domingos Muradi) esfaqueado e de um (Agostinho Pereira) desaparecido, após torturas na via pública. Em Outubro, são presos 58 jovens e levados para local desconhecido, receando-se a sua execução. Os familiares pedem a intervenção da Cruz Vermelha, sem que, no entanto, obtenham resposta. Há, porém, um facto novo - pela primeira vez dois estudantes conseguem evadir-se da prisão da INTEL, em Díli. São eles Humberto e Jacinto Albuquerque e a sua fuga constitui um "rude golpe" para os militares indonésios.

A intensificação da resistência urbana, sobretudo nas escolas, é reconhecida pelo próprio Governador Mário Carrascalão que protesta contra o clima de tenção e de violência, vividas no território. Chega mesmo a ameaçar demitir-se perante as acções de intimidação sobre as populações lançadas pelos militares indonésios, na esperança de encontrarem um estudante, presumível intérprete numa entrevista dada por Xanana Gusmão. Mário Carrascalão está, aliás, extremamente pessimista quanto à política indonésia em todas as suas vertentes (educação, emprego, desenvolvimento económico, corrupção). Não cala o seu desapontamento quanto à exploração do petróleo no mar de Timor e vai mesmo ao ponto de afirmar que a visita de Parlamentares portugueses, com a qual não concorda, dada a sua convicção do carácter inelutável da anexação de Timor Leste, poderá vir a degenerar em guerra civil "se se realizar antes que a Indonésia tenha melhorado as condições de vida do povo timorense". Note-se que o "fracasso" da política de Jacarta se traduz em factos concretos: 75% dos empregos vão para indonésios e não para os timorenses, cujo rendimento per capita, de 50 dólares/ano, é dez vezes menor que a média indonésia.

Não é só Mário Carrascalão que mostra sentir alguma desilusão e receio. O próprio General Warow, negando embora torturas e prisões, afirma: "o dinheiro não chega para conquistar o povo de Timor Leste".

D. Ximenes Belo aparenta nas suas actividades e posições alguma desorientação, após a visita à Europa e a audiência com João Paulo II. Sonha com um Seminário maior em Díli, mas criticado pelos sacerdotes da sua Diocese por "simpatias indonésias", tenta conquistá-los distribuindo pelas paróquias bens de primeira necessidade e, afirma-se, procura assim apoios para integrar a sua Diocese na Conferêcia Episcopal indonésia. Ao mesmo tempo, acusa Portugal de uma política "dupla" - protestos nas instâncias internacionais, mas uma acção diplomática que, diz o Bispo, tende a "perpectuar a ocupação indonésia".

Xanana Gusmão dá entretanto uma importante entrevista de que nos chegam ecos algo ambíguos relativos a Portugal. Nela, afirmaque Portugal "não pode permanecer como potência administrante de um território que não controla". Citação eventualmente desinserida do seu contexto global, tenderá porventura a ilustrar uma outra a que Xanana Gusmão dá grande ênfase - a da necessidade de uma "revisão das partes" representadas em futuras negociações com a Indonésia, devendo Portugal ser substituído pelo povo de Timor Leste. Propondo negociações directas com a Indonésia, sob a supervisão da ONU, Xanana Gusmão declara aceitar um debate sem condições prévias excepto, obviamente, a do cessar-fogo.

Proposta, de resto, prontamente recusada pela Indonésia. Ali Alatas, de visita à Austrália, afirma que ela não faz sentido na medida em que "a maioria dos timorenses deseja a anexação". Seria de crer que o referendo não coloca qualquer problema ao Governo de Jacarta e que também seria uma forma bem menos sangrenta de resolver a questão de Timor Leste. As iniciativas diplomáticas da Indonésia, após os reveses na ONU, multiplicam-se - Nelson Mandela é convidado por Suharto e, em Jacarta, recebe a mais alta condecoração do país. Mais do que isso - afirma-se que há a possibilidade da Indonésia vir a financiar o ANC. Ali Alatas prossegue a infindável campanha para dar do seu país uma imagem diferente. Em conferência de imprensa denuncia a "campanha de difamação" contra a Indonésia "prosseguida por Portugal e queixa-se de que os Deputados portugueses nem querem ver os seus anfitriões", ou seja, os membros do Parlamento indonésio. Parlamento que, neste meio tempo, ratifica o acordo Timor Gap, com o apoio incondicional dos três Partidos parlamentares.

Só a Austrália mantem o seu inquebrantável apoio ao Governo de Jacarta. Alan Griffita, Ministro australiano dos Recursos Naturais desloca-se a Jacarta e afirma que a Austrália não desistirá da exploração petrolífera do mar de Timor devendo os primeiros contratos entrar em execução no segundo semestre de 1991.

A Indonésia, na sequência deste clima favorável aceita a visita de Parlamentares australianos a Timor - a primeira em 7 anos. Mas na delegação de 7 membros irá Laurie Fergusson, responsável pela coordenação na Austrália do Grupo "Parlamentares por Timor Leste".

Em **Portugal**, a **Assembleia da República** proclama o dia 7 de Dezembro, aniversário da ocupação indonésia, como "Dia Nacional de Solidariedade com Timor Leste" e Sottomayor Cardia propõe uma moção no sentido de se instar o Conselho de Segurança da ONU a considerar idênticas as invasões de Timor Leste e do Kuwait. Na Sessão Solene sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem, Governo e Oposição manifestam sem dissonâncias o seu apoio ao povo timorense.

O **Presidente da República** não perde uma ocasião para levantar o problema ao mais alto nível internacional, como o fez no jantar oferecido ao Presidente da Finlândia e nas suas visitas oficiais à Suécia e ao Japão.

Tão pouco o **Governo** perde de vista a questão de Timor. O Ministro da Defesa refere-a durante a Conferência sobre "Direitos Humanos e Desenvolvimento Democrático", o Ministro dos Negócios Estrangeiros refere-a também em múltiplas declarações e o próprio Primeiro Ministro, perante a Rainha Beatriz da Holanda, afirma a necessidade de uma solução do problema de Timor Leste. Refira-se porém que a Rainha ignorou a questão no seu discurso de resposta.

Os Partidos parlamentares e o Movimento Sindical desenvolvem iniciativas de apoio a Timor. A **JSD** promove um colóquio onde afirma a necessidade da criação de "lobbies" pró-timorenses, o **Partido Socialista** considera Timor uma "questão nacional" - o próprio Secretário Geral lidera a delegação que discutirá no Comité dos Direitos do Homem da Internacional Socialista, reunido em Lisboa, a questão de Timor e propõe uma resolução condenando a Indonésia, instando-a a aplicar as resoluções da ONU e exortando a própria ONU a não ter "dois pesos e duas medidas" em situações afins como as da invasão do Kuwait e de Timor Leste. Fica mesmo no ar a possíbilidade de ser enviada uma missão de observadores da IS a Timor. A tendência minoritária liderada por João Soares desenvolve igualmente esforços de apoio ao povo Timorense - promove uma recolha de fundos para fazer vir a Portugal Robert Domus, que entrevistou Xanana Gusmão. na sua deslocação a Timor Leste com um disfarce de sindicalista e que, no regresso, descreveu a excelente organização e estruturação da FRETILIN, não só no terreno de guerrilha, mas também através duma incontrolada infiltração em todos os sectores de actividade, desde a administração à própria polícia secreta indonésia.

A **União Geral de Trabalhadores (UGT)** manifesta a sua solidariedade a Timor Leste no aniversário da ocupação indonésia e o seu Secretário Geral, Torres Couto, propõe-se visitar o território com outros sindicalistas por altura da reunião da Confederação Internacional de Sindicatos Livres (CISL) em Tóquio, no decurso de 1992. Previsto também um encontro entre sindicalistas portugueses e indonésios.

O **Conselho Nacional da Juventude** critica Raffeudin Ahmede pelo facto de, sendo mediador nas negociações entre Portugal e a Indonésia, contestar publicamente as teses portuguesas sobre a semelhança Timor Leste/Kuwait.

A **Comunidade timorense**, cujas condições de vida são extremamente difíceis (nomeadamente em Alfragide) é visitada pelo candidato à Presidência da República, Basílio Horta.

Diversas entidades desenvolvem **actividades de apoio a Timor Leste.**

O "Movimento Cristão para a Paz" promove um Seminário, na Mealhada,com o tema "da opressão à liberdade". No Porto, há uma reunião aberta dos "movimentos de apoio a Timor Leste" e prepara-se uma outra reunião de movimentos ligados a diferentes confissões religiosas. Em Lisboa, na Faculdade de Letras, a "Associação Austronésia Borja da Costa" e a Associação de Estudantes promovem uma semana de actividades subordinadas ao título geral "relembrar Timor".

Na **imprensa** continuam as críticas à descolonização, ao Vaticano e à polícia externa portuguesa - e comentários às declarações de Xanana Gusmão e de Ali Alatas, bem como uma análise - de Jean-Pierre Catry às execuções em Timor Leste e aos balanços possíveis dos 15 anos de ocupação.

A **Resistência Timorense** clarifica posições. A delegação da FRETILIN, em Lisboa, esclarece que o seu "plano de paz" prevê conversações tripartidas entre a Indonésia, a Convergência Nacionalista Timorense e Portugal. Entretanto, o ex-comandante das forças especiais da resistência e ajudante de Xanana Gusmão, Paulino Gomes, encontra-se em Lisboa, refugiado. Em entrevista, faz o trágico relato do extermínio de toda a sua família pelos indonésios e refere o desgosto de Xanana Gusmão pela ausência de respostas às mensagens que enviou a Mário Soares e a Cavaco Silva. Por outro lado, dá indicação sobre os efectivos da guerrilha - cerca de 5000 homens. Também Rocha Rodrigues dá precisões sobre a luta das FALINTIL e refere um presente que será enviado a Xanana Gusmão - uma gravação com mensagens de muitas personalidades, apoiando a sua luta.

O facto mais interessante neste período é porém a visita a Portugal de **D.Ximenes Belo**. Vindo de Roma, encontrou-se com diversas estruturas eclesiásticas e, se não fez muitas declarações, as que produziu foram objecto de muita polémica. De facto, D. Ximenes contradiz de certo modo outras afirmações recentes, ao afirmar que "nos últimos anos se tem vivido melhor em Timor Leste" e que "a rigidez do regime de Suharto tem diminuído". Curiosamente, chega no mesmo período a Portugal a carta de contestação dos padres Timorenses da Diocese de Díli, que acusam o Bispo de ceder às posições indonésias e assumir posições favoráveis aos ocupantes. De qualquer modo, pelo menos numa coisa D. Ximenes parece ter razão - na sua convicção de que o problema de Timor Leste é "de difícil resolução". E sobretudo para o povo timorense.

Na **Austrália** continuam a manifestar-se tendências divergentes. Por um lado o Governo mantem o seu apoio à Indonésia, como se viu através de declarações de Ministros, e como se confirma na entrevista de um ex-Ministro e actual Deputado que afirma a "The Age", de Melbourn, não ter tido conhecimento das execuções indonésias em 1983 "porque não quis ser herói". O que, obviamente, dispensa qualquer comentário.

Mas, por outro lado, há as mais diversas movimentações de apoio. Em Darwin ,é promovido um Seminário sobre "Timor Gap", organizado por várias individualidades, contestando o acordo, entre as quais Pat Walsh, do "Comité Australiano de Auxílio ao Estrangeiro", Mark Cossin, da Confederação Australiana de Sindicatos, o Líder da FRETILIN na Austrália e o Embaixador português José Luiz Gomes.

No 15° aniversário da ocupação indonésia, a Coligação Australiana para Timor Leste organiza uma série de actividades tendentes a "relembrar Timor", que culminam com uma marcha de protesto e a entrega de uma "carta aberta" ao Primeiro Ministro, Bob Hawks. Felicitado pela posição firme que assumiu face à invasão do Kuwait, é porém indagado sobre o seu silêncio em relação a Timor Leste. Um grupo de Parlamentares pede ao executivo australiano que desenvolva esforços no sentido de que apoie um cessar-fogo em Timor e a secção australiana da Amnistia Internacional denuncia a repressão indonésia.

Quanto à **Resistência Timorense**, a UDT tenta resolver em Sydney as suas questões internas e Ramos Horta declara-se, na sequência das afirmações de Xanana Gusmão, pronto a "negociar com a Indonésia, sob os auspícios da ONU".

O Consul português em Melbourne, Carlos Pereira, declara que dá aos refugiados timorenses com passaporte português o mesmo tratamento que dá a qualquer outra pessoa com a mesma nacionalidade. O que se torna complicado, dado que muitos têm, de facto, documentação indonésia - ou não têm nenhuma.

Nos Estados Unidos, a grande imprensa toma conhecimento pela primeira vez da questão de Timor - o "New York Times" denuncia a repressão indonésia.

Por outro lado, no **Congresso** continuam a desenhar-se tendências favoráveis a Timor Leste - 233 membros dirigem uma carta a James Bakercondenando a Indonésia e denunciando casos flagrantes de violações dos direitos humanos, como a utilização pelos militares indonésios de "escudos humanos" nos seus ataques contra a guerrilha e a chacina de 100 aldeões como retaliação pela morte de 3 militares indonésios.

Também em **França** começa a haver indícios de um certo "acordar" para a questão de Timor. Um investigador científico descreve a dificuldade das condições de vida e a barbaridade da repressão, que pôde observar em Timor Leste onde foi por razões de trabalho.

Na **Holanda**, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans Van den Brock, explica a jornalistas portugueses que a posição de mediação que o seu país aceitou, lhe impõe atitudes cautelosas em extremo.

É no **Japão**, pedra importante no xadrez internacional no que se refere a Timor, que se desenha também um forte movimento de apoio. Em Tóquio realiza-se um simpósio sobre Timor Leste com diversas personalidades. Presentes políticos de vários Partidos e Masanichi Kijima do "Contemporany General Research Center", assim como Ana Gomes, representante de Portugal. A Indonésia manteve-se ausente e os seus pontos de vista foram defendidos por R. Omura, do "Asian Economic Research Institute". Por outro lado, o Grupo de Solidariedade para a Independência de Timor Leste entregou ao Cônsul Geral da Indonésia uma carta exigindo a realização de um referendo no Território.

Encontrando-se no Japão em visita oficial, o Presidente português, Mário Soares, refere-se à questão de Timor e sugere a visita a Lisboa de elementos do "Forum Timor Leste", constituído por 80 Parlamentares japoneses.

Entretanto, no **Reino Unido** é lançado em Oxford, no St Anthony's College, o livro do Prof. John Taylor "The indonesian occupation of East Timor (1974-1989): a cronology".No Colóquio de lançamento estiveram presentes figuras universitárias de relevo do Reino Unido e Estados Unidos.

Também os **"Cinco"** países africanos de língua oficial portuguesa tomam posição conjunta de apoio a Timor Leste. Fazem-no na Guiné-Bissau durante um encontro formal de Ministros dos Negócios Estrangeiros.

Na ONU, é dado grande relevo à intervenção do Primeiro Ministro português, Cavaco Silva,quando fala na **Assembleia Geral**. Grande relevo também para os **Doze** na **Terceira Comissão** e através da sua delegação permanente durante uma visita à sede da Organização. É a posição mais avançada que foi tomada em conjunto e refere o respeito pelos "legítimos interesses do povo de Timor Leste".

Quanto às negociações entre Portugal e a Indonésia parece ter-se chegado a um impasse - admite-se que a visita parlamentar possa ter lugar na Primavera e continua a falar-se de uma missão exploratória prévia, dirigida pela ONU.

No Parlamento Europeu é a **Assembleia Paritária ACP-CEE** que aprova a proposta de resolução reclamando a independência de Timor Leste. No quadro do próprio PE, o grupo de Deputados do PCP pede à Mesa a inscrição de uma proposta de resolução de apoio a Timor Leste em nome da Coligação das Esquerdas.

No Conselho da Europa a proposta de resolução de Carlos Candal sobre Timor Leste baixa finalmente à Comissão de Assuntos Políticos.

1991

O ano de 1991 é o da emergência de grandes contradições na Indonésia que, apesar das barreiras que vai constituindo para proteger a sua frágil unidade, não é imune aos ventos de mudança que vão soprando pelo mundo dilacerado por tendências opostas - a censura e o autoritarismo, que supõe serem o garante da sua sobrevivência e a necessidade de se projectar para o exterior.Nesta dualidade, o Governo de Suharto consegue cada vez menos estabelecer pontos de equilíbrio.

O Governador de Timor Leste, Mário Carrascalão, porventura chamado á pedra pelos seus superiores, reabsorve as afirmações ousadas dos finais de 1990 e, após uma conversa com Ali Alatas, acumula negações - não ao cessar fogo, não ao referendo, não à visita parlamentar portuguesa. Mas, instável e contraditório, a sua bela arrogância de outros tempos parece definitivamente comprometida, como a de Ali Alatas, cuja linguagem se ressente da permanente manipulação da verdade, para construir os cenários irreais que não são mais críveis para o exterior, nem conseguem ser lenitivo de inquietações internas. Só resta assim ao Governo Indonésio uma saída que não é honrosa, nem leva, a longo prazo, a lado algum - o aumento da repressão, o esmagamento militar, a proliferação policial, as prisões, as torturas, as execuções arbitrárias, as proibições de acesso e mesmo as detenções de jornalistas estrangeiros.

A oposiçao interna cresce. O FDI, (Frount for Democratic Indonesia) alia-se aos movimentos de libertação que se reestruturam e se afirmam - para além de Timor Leste, em Java, na Papua, nas Molucas.

Os meis mobilizados pela INTEL são enormes. Criam-se corpos especiais de polícia ("Regu golaps", "Regu Railakan", "Regu Ninja Petrus"), responsáveis por mortes misteriosas, distúrbios, execuções, sequestros.

A "operação águia", que pretensamente irá aniquilar a Resistência e capturar Xanana Gusmão, ("morto ou vivo"), antes da chegada dos deputados portugueses, envolve grandes efectivos militares.

Em vão. A Guerrilha contra-ataca e Xanana vem mesmo até Díli (e a outras cidades) para reuniões e contactos políticos. A repressão sobre a população civil alastra: o relatório da Amnistia Internacional é assustador.

D. Ximenes Belo insiste de novo sobre a necessidade de um referendo.

É neste quadro que o acordo Timor Gap é oficializado em Bali. Portugal protesta e apresenta finalmente queixa no Tribunal Internacional de Haia.

Portugal é também sede de tendências contraditórias. Uma forte motivação da opinião pública para o apoio a Timor Leste arrasta posições cada vez mais radicais de um executivo que não hesita em manter fortes laços comerciais com a Indonésia. Portugal, onde chega Emília Gusmão, onde morre D. Martinho da Costa Lopes e onde o Papa, em visita pastoral, reedita as suas atitudes ambíguas da visita a Timor. Portugal onde o Parlamento, apesar das limitações continua a ser o motor político de defesa do povo de Timor Leste e que é, quer se queira, quer não, a placa giratória de toda a informação que vem de Timor. Portugal é, apesar de si próprio, uma das chaves da libertação de Timor Leste.

As negociações com a Indonésia parecem, finalmente, após tantas exitações e impedimentos, chegar a bom termo. As actividades de apoio ao povo timorense multiplicam-se, os testemunhos dos refugiados encontram eco. No meio de tudo tem que haver vozes discordantes e é Pacheco Pereira que retoma certas teses de Nuno Rocha.

No Japão, nos Estados Unidos, na Austrália – outros pontos chave para a libertação de Timor – os apoios vão tomando forma. O Governo Japonês desaconselha a exploração do mar de Timor às suas empresas petrolíferas e o Senado Americano aprova uma proposta na qual é pedido a Bush que exija a Jacarta o respeito pelos direitos humanos.

A Bélgica, a Grécia, Cabo Verde, Angola, o Brasil, reiteram o seu apoio a Timor Leste. Só Moçambique desilude os portugueses estabelecendo relações diplomáticas com Jacarta.

Na ONU o clima é cada vez menos favorável á Indonésia. O próprio Perez de Cuellar entende por bem afirmar que aceitaria falar com Xanana de Gusmão e Raffeudin Ahund anuncia uma audiência com a FRETILIN.

O Conselho da Europa propõe o embargo à venda de Armas à Indonésia e a ajuda militar.

Mas é de Portugal que surge a surpresa. Escandalosamente, numa reunião CEE/ASEAN, todos os países presentes, incluindo Portugal, subscrevem a declaração em que se afirma uma melhoria no respeito pelos direitos humanos por parte do Governo de Jacarta. Inadevertência fatalmente contrariada pelos factos trágicos que cedo virão a lume.

-/-****-/-

JANEIRO

De Timor Leste chegam notícias de que o Bispo de Díli, D. Ximenes Belo, teria apelado ao povo para se reconciliar com o Governo e os militares indonésios.

Na Indonésia o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, anuncia que acaba de reiterar o convite feito aos Parlamentares portugueses para visitarem Timor Leste, apesar do apelo do Governador Mário Carrascalão para que as autoridades indonésias cancelem tal visita. Ao mesmo tempo, o Departamento Central de Estatística refere que a população de Timor Leste tem aumentado 3% ao ano, desde 1980.

No dia 23, Ali Alatas declara que a visita dos Deputados portugueses a Timor Leste ficará adiada até ao final do ano.

Em Portugal, o Presidente da Assembleia da República, em mensagem de Ano Novo dirigida ao país, mostra-se esperançado no reconhecimento dos direitos do povo de Timor Leste e diz esperar que a comunidade internacional não use dois pesos e duas medidas para julgar os casos de Timor Leste e do Kuwait.

Entretanto, Adriano Moreira, Deputado do CDS, em artigo de opinião, discorda que os Deputados portugueses devam aceitar o convite da Indonésia para visitar Timor Leste. Pelo contrário, a Juventude Democrática Timorense considera que a visita pode ajudar a resolver a questão, desde que sejam respeitados os ideais de autodeterminação e independência do território.

Nos últimos dias do mês de Janeiro, a Fundação Calouste Gulbenkian anuncia a concessão de um subsídio de cerca de 3 500 contos para 48 bolsas a estudantes timorenses.

Entretanto, na Austrália, a opinião pública vem manifestando de forma crescente o seu apoio à causa timorense. É o caso de um grupo de individualidades, lideradas pelo antigo Ministro do Trabalho, Tom Uren, o qual acusa o Governo australiano de ignorar a defesa da independência de Timor Leste, mas defender a do Kuwait.

Fevereiro

Em Timor Leste acentua-se a feroz repressão dos militares indonésios sobre a população civil. Segundo um relatório divulgado pela Associação Ecuménica "A Paz é Possível em Timor Leste", têm crescido no território o número de "desaparecidos", de casos de prisão, tortura e violação de mulheres. Este relatório deverá ser apresentado em Genebra na Comissão dos Direitos do Homem da ONU. Para além disso, sabe-se que o antigo comandante da guerrilha, Paulino Gama, conseguiu fugir de Timor Leste e será testemunha dos massacres junto da referida Comissão.

Entretanto, indonésios e australianos reunem-se em Bali para formalizar o acordo "Timor Gap".

No dia 13 chegam notícias, segundo as quais os indonésios prenderam o professor da escola católica, Constâncio Pinto, o qual teria servido de intérprete na entrevista dada por Xanana Gusmão ao jornalista australiano Robert Domm.

A 15, o Governador Mário Carrascalão afirma-se contrário à visita da delegação parlamentar a Timor Leste.

Na Indonésia, o Parlamento discutiu as declarações de Mário Carrascalão, Governador de Timor Leste, o qual defende que as autoridades de Jacarta deviam impedir a visita dos parlamentares portugueses.

Em Portugal podem ler-se ainda na imprensa os reflexos de crítica relativos à posição dos EUA sobre a anexação de Timor Leste pela Indonésia. A imprensa refere também abundantemente o Encontro Nacional de Cristãos, realizado no Porto, sobre a problemática de Timor Leste.

No dia 14, o Primeiro Ministro, Cavaco Silva, lamenta as declarações do seu homólogo australiano sobre a queixa de Portugal acerca de "Timor Gap", considerando-as "hipócritas" e salientando que "a ONU reconhece que a potência administrativa de Timor Leste é Portugal", estando assim a Austrália a "contrariar as resoluções da ONU", acrescentando ainda que "Portugal não deixará de recorrer a todas as instâncias para condenar este comportamento da Austrália".

Por outro lado, na Assembleia da República, foram apresentados dois projectos sobre Timor Leste, condenando a Indonésia. Um, recomenda um protesto enérgico junto ao Secretário Geral da ONU e a apresentação de um recurso no Tribunal Internacional de Haia a propósito do acordo "Timor Gap". O segundo projecto, limita-se a condenar o referido acordo e a reafirmar o direito do povo de Timor Leste à autodeterminação.

De visita a Lisboa estiveram o Primeiro Ministro grego e o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde. Quer um, quer outro, se mostraram solidários com as posições portuguesas de condenação firme da Indonésia pela violação dos direitos humanos naquele território.

No dia 22, o Embaixador Francisco Moita apresenta no Tribunal Internacional de Haia uma acção contra a Austrália, movida por Portugal, na qualidade de potência administrante de Timor Leste, pondo em causa o acordo celebrado entre Camberra e Jacarta sobre o "Timor Gap". A este propósito, o Embaixador da Austrália em Portugal considerou o "facto" como "profundamente lamentável".

Dias depois, a emissora de rádio "Rádio Renascença" põe no ar um programa sobre Timor Leste, no qual entrevista o Governador indonésio Mário Carrascalão e o último Governador português Lemos Pires.

Entretanto, o partido socialista, na oposição, manifesta solidariedade para com o Governo, a propósito da queixa apresentada no Tribunal de Haia.

Na Austrália é publicado o Tomo 12 da "Encyclopedia of Public International Law" que contém um artigo do investigador australiano Peter Lawrence, o qual procura justificar a invasão de Timor Leste pela Indonésia.

Entretanto, no dia 13, o Governo indonésio responde ao protesto diplomático português, afirmando que o tratado celebrado com a Indonésia sobreviverá a qualquer título de donativos legais a nível internacional.

Por outro lado, soube-se que a Comissão Internacional de Juristas (Secção Australiana) pretende enviar uma comissão de investigação a Timor Leste para acompanhamento da situação em que se vive no território.

Na Holanda, no dia 11 é criada oficialmente a Organização dos Povos e Nações não representados nas Nações Unidas, para a qual a FRETILIN é convidada a participar como membro fundador. A cerimónia realizou-se em Haia, no Palácio da Paz.

Nos Estados Unidos foi organizado pela "Pax Christi International" e pela "Comissão de Justiça e Pax" do Japão um encontro de apoio ao Bispo D. Ximenes Belo, no Church Center para as Nações Unidas. O encontro assinalava o aniversário da carta de apelo de D. Ximenes Belo a Perez de Cuellar, solicitando um referendo no território.

O Departamento de Estado tormou público o seu relatório sobre Direitos Humanos, preferindo as graves violações praticadas pelos indonésios em Timor Leste. O relatório não põe contudo em causa a posição americana sobre a anexação daquele território.

No Reino Unido foi lançado pelo Instituto Católico de Relações Internacionais de Londres o livro sobre Timor Leste "The Indonesian occupation of East Timor, 1974-1989 : a chronology", escrito por John Taylor. Trata-se de uma obra contendo 727 referências, publicadas na imprensa de vários países sobre os acontecimentos vividos em Timor Leste depois da ocupação indonésia.

Na Comissão dos Direitos Humanos da ONU o representante da Indonésia comete um lapso de linguagem e reconhece as teses portuguesas sobre Timor Leste, circunstância que foi aproveitada pelo representante de Portugal.

Durante a sessão assistiu-se também ao depoimento dramático do refugiado timorense Donaciano Gomes de 21 anos que conseguiu fugir de Timor com a ajuda da Cruz Vermelha Internacional.

No Parlamento Europeu o eurodeputado João Cravinho critica a Comunidade Europeia pela sua posição quanto à questão de Timor Leste e põe mesmo em causa o empenhamento do governo português junto das Comunidades, no que se refere às pressões que deveriam ser exercidas sobre a Indonésia.

Entretanto, soube-se que no Tribunal de Haia que será um juiz britânico a julgar o processo decorrente apresentado por Portugal contra a Austrália a propósito do acordo "Timor Gap".

Março

As notícias que este mês nos chegam de Timor Leste continuam a referir a forte repressão exercída pelos militantes indonésios sobre a população. De salientar o rapto de uma criança de 2 anos, levado a cabo pelo Tenente-Coronel Suryadi, comandante do batalhão 745 do exército indonésio. O rapto que só agora chegou ao conhecimento do ocidente foi efectuado em 1989.

Soube-se também que o Bispo de Díli, D. Ximenes Belo propôs recentemente a criação de uma "Associação de Amizade Portugal-Timor Leste", com o objectivo de não deixar morrer os laços culturais existentes quanto aos dois países.

O jornalista australiano Lindsay Murdoch, é entretanto impedido de entrar na Indonésia pelo facto de ter escrito no seu jornal um artigo sobre a situação em Timor Leste. Os indonésios consideraram que no artigo foram feitos "comentários parciais" e isso bastou para ver recusado o respectivo visto de entrada.

Em Portugal o mês inicia-se com o Deputado Socialista Eduardo Pereira a divulgar um relatório no qual denuncia a situação de impasse que se vive na Comissão Eventual para Timor Leste, motivada pelas sucessivas faltas de "quorum" das reuniões.

Entretanto morre em Lisboa em situação de perfeito abandono D. Martinho da Costa Lopes, antigo Administrador Apostólico de Timor Leste e testemunha dos terríveis massacres que os indonésios cometeram no território Timorense em 1975 e 76. A morte de D. Martinho foi motivo de polémica na imprensa portuguesa acerca das condições em que vivia e que morreu.

Por outro lado, encontra-se de visita ao Japão o Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, o qual aproveitou os encontros com as autoridades japonesas com quem se avistou para trocar com eles impressões sobre a questão de Timor Leste.

Soube-se também, que o Governo Japonês terá convidado as empresas do seu país interessadas na exploração de petróleo, para se absterem de qualquer envolvimento na região do mar de Timor Leste.

Ainda na Assembleia da República, a Comissão Parlamentar para Timor Leste recebe uma delegação da FRETILIN e reune para analizar os novos dados resultantes da reunião de Perez de Cuellar com o Secretário Geral Adjunto encarregado da questão de Timor Leste.

Ao mesmo Tempo, a Comissão para os Direitos do Povo Maubere divulga um "Dossier" sobre a situação no território, e que inclui o plano de paz apresentado pela FRETILIN.

Na Austrália reune-se em Conferência a Internacional Socialista. Durante os trabalhos que se realizaram em Sidney, foi aprovada uma proposta visando persuadir a Indonésia a trabalhar em articulação com o Secretário Geral da ONU, na tentativa de se alcançar uma solução internacionalmente aceite para a questão de Timor Leste. A participar na Conferência encontra-se o Socialista Fernando Marques da Costa, o qual aproveita a sua estadia na Austrália, para se avistar com a Comissão Parlamentar de deputados australianos sobre Timor Leste, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e com a comunidade timorense naquele país.

Entretanto, a imprensa do Reino Unido tem dado um importante destaque à qestão timorense. Na verdade, esta questão foi durante este mês motivo de debates televisivos, artigos e editoriais na imprensa, revistas e programas de rádio. Em todos eles era referido o martírio do povo Maubere, vítima de ocupação durante 15 anos, sem que a ONU e a Unidade Internacional se tivessem preocupado com o assunto.

Decorre entretanto na ONU a 47^{a} Sessão da Comissão dos Direitos do Homem. Foram intervenientes sobre a questão da violação dos direitos humanos em Timor Leste os representantes das Comunidades Europeias, de vários países comunitários e Organizações Não Governamentais. As posições defendidas foram concordantes com a posição portuguesa.

O representante indonésio para a sua intervanção reagiu, argumentando que no ocidente existe uma grande falta de informação sobre o que se passa no território timorense.

Por outro lado, o Secretário Geral Perez de Cuellar concede uma audiência a um grupo de parlamentares de vários países do mundo (incluindo Portugal), para com eles discutir a questão de Timor Leste. Os Deputados eram chefiados pelo inglês Lord Avebury.

Soube-se também pelo Sub-Secretário Geral da ONU, Rafein Hamed, que as Nações Unidas estebeleceram diversos contactos com a FRETILIN para debate da situaçao interna em Timor Leste.

Abril

Em Timor Leste, o Governador Mário Carrascalão, entrevistado pela Rádio Press, do Porto, afirmou que "não há outra solução para Timor Leste, que não seja a sua integração como província da Indonésia" e que os "Deputados portugueses não se podem recusar a passar por Jacarta". Afirmou ainda que "é natural ter havido violações dos direitos humanos em Timor Leste durante estes 15 anos", mas que "a partir de 1989 houve uma mudança de atitude dos militares indonésios". Por outro lado, D. Ximenes Belo, Bispo de Díli afirma que todos os timorenses continuam a ser vigiados, torturados ou mortos, enquanto que os membros do Governo de Jacarta e os militares continuam a enriquecer à custa de propriedades e do trabalho dos timorenses.

No dia 27, D. Ximenes Belo defende a realização de um referendo em Timor e propõe uma mesa redonda para debater as hipóteses de uma resolução da questão de Timor em que interviessem a resistência timorense, a Igreja, Portugal e a Indonésia. Em resposta, Mário Carrascalão disse que a hipótese de um referendo está completamente posta de lado.

Na Indonésia, o Ministro da Segurança, Sudomo é de opinião que o seu país pode ficar com tudo o que entender do tesouro da nau portuguesa do Século XVI "Flor de la Mar" comandado por Afonso de Albuquerque, a qual se afundou no mar da Indonésia e que levava a bordo um tesouro avaliado em mil milhões de dólares. Entretanto, um artista de circo português, António Branco da Silva "Batatinha" que se encontrava em digressão pela Indonésia mostrou, em cassete video, o depoimento de estudantes Timorenses, os quais apelam a Portugal para que intervenha em favor de Timor e do seu povo.

No dia 19 o Comandante das Forças Armadas indonésias Try Sutrisno, apela para os militares estacionados em Timor Leste para que "sejam simpáticos nas relações com a população". No entanto, a realidade é bem diferente das intenções, pois há notícias que referem o desenvolvimento das acções intimidatórias contra a população a propósito da eventual visita da delegação parlamentar portuguesa ao território de Timor Leste. A comprová-lo, surgem as notícias que a polícia política deu instruções aos comandos militares para investigarem e reprimirem as actividades "clandestinas" dos estudantes timorenses nos vários estabelecimentos de ensino do país.

Em Portugal, a Comissão Parlamentar de Acompanhamento da Situação em Timor Leste, pede ao Governo que clarifique a estratégia das negociações com a Indonésia a propósito da visita a Timor Leste, nomeadamente no que diz respeito à inclusão de timorenses na sua delegação negocial junto da ONU.

No dia 11 inicia-se em Lisboa um importante encontro de Grupos de Solidariedade com o povo de Timor Leste que conta com delegados de Espanha, França, Itália, Grã-Bretanha, Holanda, Alemanha e Suécia.

Entretanto, comemorou-se a passagem do 5° aniversário da Convergência Nacionalista Timorense. Na altura, os seus dirigentes elogiaram as posições portuguesas sobre a questão e manifestaram o desejo de participar nas negociações com a Indonésia.

No mesmo dia reuniu-se o Governo com a Comissão Parlamentar para debater a visita a Timor e as condições indonésias e deu instruções às missões diplomáticas portuguesas para fazerem referência à analogia entre as invasões do Kuwait e de Timor Leste, bem como do massacre do povo Curdo e do povo Timorense.

No dia 16 a RTP passa as imagens trazidas da Indonésia pelo artista de circo "Batatinha", no qual os estudantes timorenses apelavam para a ajuda do Governo português.

Entretanto a Comissão Parlamentar de Timor Leste condena as afirmações de Mário Carrascalão ao afirmar que a Indonésia nunca aceitará a realização de um referendo em Timor e que não é necessário nenhum cessar fogo, dado não haver qualquer problema no território.

No dia 22 a Conferência de Líderes da Assembleia da República decide que pela parte portuguesa a visita se poderá realizar ainda este ano e aceitam passar por Jacarta, no entanto vão ainda continuar a discutir este assunto e dar conhecimento dele ao Presidente da República e Primeiro Ministro.

Nos últimos dias do mês, uma delegação da FRETILIN encontrou-se com o Partido Socialista, tendo-se manifestado optimista quanto à visita de Deputados a Timor Leste.

No Reino Unido, o jornal londrino "Observer" que intitula em primeira página "A morte secreta de uma nação", reproduz as declarações de um refugiado timorense "se resistirmos, matam-nos. Se não resistirmos, continuam a matar-nos. É por isso que nada perdemos em continuar a resistir".

No Japão, o Governo apela ao Governo indonésio para dar o máximo de atenção às questões relacionadas com a protecção dos direitos humanos em Timor Leste.

Na Bélgica reuniu-se o Comité Executivo do Forum da Juventude das Comunidades Europeias. O Conselho Nacional de Juventude Português apresentou uma proposta de resolução de solidariedade para com Timor Leste, onde se pede aos Estados Membros das C.E. o isolamento político e económico da Indonésia.

No Conselho da Europa foi aprovado, pela Comissão dos Assuntos Políticos, um projecto de resolução determinando que a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa solicite aos 25 Estados Membros num embargo de venda de armas à Indonésia e o fornecimento de ajudas alimentar e sanitária à população Timorense.

Maio

Em Timor Leste o mês inicia-se com o Bispo de Díli, D. Ximenes Belo a reafirmar o seu apoio à tese da realização de um referendo, patrocinado pela ONU que permitisse ao povo de Timor Leste escolher o seu destino.

Entretanto a FRETILIN reivindica uma importante vitória sobre o exército indonésio, durante a contenção de uma ofensiva lançada pelo exército invasor, as tropas da resistência teriam provocado 149 mortos e um número ainda mais elevado de feridos entre os indonésios.

Iludindo os militares e os Serviços Secretos da Indonésia, Xanana Gusmão esteve em Díli durante um largo período de tempo, fez contactos com a população e chegou mesmo a participar em reuniões políticas com a resistência.

No início do mês de Maio, surgem notícias provenientes da **Indonésia**, as quais dão conta de declarações contraditórias das autoridades indonésias relativas ao combate à resistência timorense.

Por outro lado, um membro da FDI (Front for Democratic Indonesia) afirmou que para além do movimento da resistência Timorense, existem outros dois movimentos - na Papua e nas Ilhas Molucas - mas que, a opinião pública indonésia desconhece tal facto, graças ao poderoso aparelho de censura existente.

Em **Portugal**, é aprovada pela Assembleia da República a plataforma negocial a apresentar por Portugal nas negociações com a Indonésia a propósito da visita parlamentar a Timor Leste. A plataforma, mereceu o acordo do Governo e do Presidente da República.

No dia 4 teve lugar o primeiro encontro nacional entre delegações do Partido Socialista e da FRETILIN.

Realizam-se na cidade do Porto as III Jornadas de Timor Leste, organizadas pela Universidade do Porto.

O Presidente do Parlamento, Vitor Crespo, critica o Presidente da República, acusando-o de falta de solidariedade institucional a propósito da questão de Timor.

Entretanto o Papa visita Portugal e mostra-se indiferente aos vários apelos que lhe são dirigidos no sentido de usar o seu poder e influência para ajudar o povo de Timor Leste. Apesar disto, após a visita, o Vaticano distribuiu uma nota à imprensa, na qual reconhece Timor Leste como a 27ª província da Indonésia.

Na Assembleia da República, a Comissão Eventual Para Timor Leste, examina num filme vídeo vindo de Timor Leste e filmado em Bali, na

Indonésia, onde jovens timorenses discutem a situação no território. Por outro lado, a RTP recusou comprar um filme australiano sobre Timor Leste "Shadow over East Timor", exibido pela cadeia australiana SBS e passado no Porto nas III Jornadas de Timor Leste, considerado aí, um documento de grande importância.

No dia 21 a Comissão Eventual para Timor Leste e a Conferência de Líderes da Assembleia da República chegam a consenso e fixam as datas limite para a visita dos Deputados ao território timorense.

Chegam entretanto a Lisboa Emília Gusmão, a convite do Partido Socialista e Perez de Cuellar para assistir à assinatura dos tratados de paz para Angola.

Na **Austrália**, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Richard Woolcott, dá uma conferência de imprensa em que critica fortemente Portugal a propósito da queixa apresentada no Tribunal de Haia acerca do acordo "Timor Gap".

A **Bélgica** manifesta o seu apoio às posições portuguesas relativamente a Timor Leste. Esta posição foi reafirmada durante uma conferência de imprensa conjunta dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países.

O Embaixador Fernando Reino, entregou na **ONU** aos representantes da Indonésia, um documento com as condições finais em que a delegação parlamentar portuguesa aceita ir a Timor Leste. O documento foi liminarmente rejeitado pela Indonésia, tendo mesmo o Ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas feito declarações nesse sentido. Entretanto, o Secretário-Geral da ONU, Perez de Cuellar, afirmou estar disposto a encontrar-se com Xanana Gusmão após a visita dos Parlamentares portugueses a Timor Leste.

A Comissão Permanente do **Conselho da Europa** agenda para o próximo mês a votação de uma resolução condenando as violações dos direitos humanos em Timor Leste.

Por outro lado, na **Comunidade Europeia**, o Secretário de Estado para a Cooperação declara, em Bruxelas, que considera insuficientes as pressões das Comunidades sobre a Indonésia, no sentido de a fazer respeitar os direitos humanos em Timor Leste.

– // – **** – // –